

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, pelas 14,00 horas do dia 2013/06/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
1	Ata nº 11/2013 da reunião de câmara de 2013/05/08			Aprovação
2	Comparticipação municipal na aquisição de ossários para o cemitério da Castanheira do Ribatejo	Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
3	Revogação do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato	Associação Desportiva e Cultural da Vala do Carregado	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
4	Cedência de instalações em regime de comodato	Fáb. Igreja Paroquial da Freg. N.ª Srª da Assunção de Vialonga	Vialonga	Aprovação
5	Proposta de Lei nº 122/XII, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - Declaração da ANMP - Subscrição pelos presidentes das câmaras municipais			Aprovação
	<b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA</b>			
6	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
7	Alteração ao Regulamento Municipal "Recupere a Sua Casa"			Aprovação
8	Auto de vistoria - Corte das Faias, Pontal e Zenguelho ou Terras do Hospital - Pragas da Malveira	Jorge Manuel Rodrigues Carvalho	Vila Franca de Xira	Aprovação
9	Auto de vistoria - Rua José Ary dos Santos, nº 1, r/c esqº - Povos	Albano Lourenço dos Ramos de Sousa	Vila Franca de Xira	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, pelas 14,00 horas do dia 2013/06/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
10	Receção definitiva das obras de urbanização e libertação da garantia bancária do loteamento do Casal do Bisau	José Dias - Sociedade de Construções, Lda	S. João dos Montes	Aprovação
11	Vistoria para verificação das condições para a receção provisória parcial das obras de urbanização da área 3A - Malva Rosa - Verdelha (ex-Mague)	Obriverca - Construções e Projectos, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
<del>12</del>	<del>Alteração ao loteamento denominado por Malva Rosa - Verdelha (ex Mague) - Alvará de loteamento nº 4/03, de 17/07</del>	<del>Obriverca - Construções e Projectos, SA</del>	<del>Alverca do Ribatejo</del>	<del>Aprovação</del>
13	Alteração ao loteamento denominado por Olival de Fora - Alvará de loteamento nº 51/75, de 03/07	Ass. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vialonga	Vialonga	Aprovação
14	Alteração ao loteamento denominado por Quinta da Seta - A-dos-Bispos - Alvará de loteamento nº 15/00, de 28/12	Terraços da Encosta - Empreendimentos Imobiliário, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
15	Obras de urbanização inacabadas - Receção provisória das obras de urbanização e redução da garantia bancária do loteamento da Quinta da Seta - A-dos-Bispos	Terraços da Encosta - Empreendimentos Imobiliário, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS				
16	Renovação urbana da rua da República - Liberação de caução, receção definitiva e conta final	Valjardim, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
17	Execução de passagem superior pedonal - Jardins do Arroz - Conta final	Obriverca II - Construções, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, pelas 14,00 horas do dia 2013/06/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
18	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Suspensão parcial da obra	Consórcio Obrecol, SA/Oliveiras, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
19	Requalificação do mercado de levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Armando Cunha, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
20	Parque linear ribeirinho do estuário do Tejo - Desvio de prazo	Alexandre Barbosa Borges, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS				
21	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no uso da delegação e subdelegação de competências			Conhecimento
22	Procedimento para atribuição do direito de exploração de um quiosque com o ramo de cafetaria com área de esplanada no parque urbano da Quinta da Flamenga - Jardim dos Socalcos		Vialonga	Aprovação
NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL				
23	Empreitada da obra de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Minuta de contrato	Oliveiras, SA	Forte da Casa	Aprovação
24	Empreitada da obra de estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de S. Marcos - Minuta do contrato	HCI - Construções, SA	Calhandriz	Aprovação
25	Empreitada da obra do ecoparque da Póvoa - Hortas urbanas - Minuta do contrato	Construções Pragosa, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
26	Exercício do direito de preferência sobre a fração "SS", sita na rua Fernando Pessoa, lote 1, nº 31	Chasa, CRL	Alverca do Ribatejo	Aprovação

# ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, pelas 14,00 horas do dia 2013/06/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência da Presidente da C.M.			
27	Relação dos despachos da Srª Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
28	Legislação síntese			Conhecimento
29	Pagamentos autorizados			Conhecimento
30	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
31	<del>Abertura de procedimentos concursais para cargos dirigentes</del>		<del>retrazido</del>	<del>Aprovação</del>
<del>31A</del>	<del>Abertura de procedimentos concursais para cargos dirigentes S.M.A.S</del>		<del>Retirado</del>	<del>Aprovação</del>
32	Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final - Procedimentos concursais			Aprovação
33	Fundo de maneo - Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica			Aprovação
34	4ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos da câmara municipal para 2013			Aprovação
35	Fornecimento de gás para as piscinas municipais do concelho - Revogação da decisão de contratar e aprovação do início de procedimento por ajuste direto por critério material, peças concursais e constituição do júri			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, pelas 14,00 horas do dia 2013/06/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
36	Aquisição de serviços de energia elétrica para as instalações alimentadas em média e baixa tensão especial do município - Minuta do contrato			Aprovação
37	Reprogramação financeira da contratação de seguros para o município de Vila Franca de Xira			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
38	Colete Encarnado 2013 - Constituição de fundo de maneiio			Aprovação
39	Constituição da Associação Linhas de Torres e aprovação dos respetivos estatutos			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
40	Atribuição da 1ª fase de subsídios no âmbito do Programa Férias Desportivas de Verão 2013			Aprovação
41	Protocolo - Hortas urbanas no Bairro da Associação de Moradores Alverquense (AMA)	Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo	Alverca do Ribatejo	Aprovação
42	Adenda ao protocolo - Apoio municipal ao programa das comemorações do 25º aniversário	Associação Coral Ares Novos		Aprovação
43	Programa Férias Jovens - Propostas para 2013			Aprovação
	EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA			
44	Polis XXI - Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho - Execução de 3 cais de pesca para os avieiros da Póvoa de Santa Iria - Prestação de serviços de coordenação de segurança da empreitada - Revogação da nomeação do coordenador de segurança em obra e nomeação do novo coordenador de segurança em obra	PMT - Engenharia e Consultadoria, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, pelas 14,00 horas do dia 2013/06/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
45	Parecer prévio vinculativo - Prestação de serviços de fiscalização, controlo da qualidade, coordenação de segurança e gestão ambiental do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira - Mês de junho de 2013	Consulgal, Consultores de Engenharia e Gestão, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
46	Parecer prévio vinculativo - Prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada do ecoparque da Póvoa - Hortas Urbanas		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
47	Parecer prévio vinculativo - Técnico responsável pela exploração das instalações de utilização de energia elétrica do município			Aprovação
48	<del>Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de reparação e manutenção do barco varino Liberdade</del>	<del>retirado</del>		<del>Aprovação</del>
49	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de consultoria fiscal			Aprovação
50	Parecer prévio vinculativo - Contratação do cantor José Cid no âmbito do evento da Passerelle D'Ouro			Aprovação
51	Parecer prévio vinculativo - Contratação de serviços de audiovisuais para a iluminação e sonorização do palco da Passerelle D'Ouro			Aprovação
52	Parecer prévio vinculativo - Polis XXI - Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho - Parque urbano da Póvoa de Santa Iria - Aquisição de serviços para dragagem e limpeza da zona ribeirinha		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

53 - Programa Prohabite - Empreitada de reabilitação de frações em edifícios - Bairro municipal da cidadeira - castanheira do ribadão - cálculo definitivo da revisão de preços - Aprovação

54 - contratação de serviços para certificação legal das contas do município de vila franca de xina - Proposta de adjudicação e nomeação do auditor externo - Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/06/05

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e treze, pelas 14,00 horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Srª Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Alberto Simões Maia Mesquita; -----
- . Bernardino José Gonçalves Lima; -----
- . Francisco do Vale Antunes; -----
- . Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
- . Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos, tendo sido substituída pela Srª Vereadora Rosa Maria de Jesus Oliveira Dias Coelho Barral, e Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Jorge da Silva.-----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho, pelas 14,10 horas, Rosa Maria de Jesus Oliveira Dias Coelho Barral, pelas 14,20 horas, ambos durante o período antes da ordem do dia, e Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 16,25 horas, durante a discussão do ponto 22 da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Susana Henrique de Jesus Pombo, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 002

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE-----

. Chefe de Gabinete-----

Mário Nuno Duarte-----

. Técnica Superior-----

Drª Susana Santos-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Filomena Serrazina-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Rui Galhardo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Adjunto do Vereador-----

Dr. José António de Oliveira-----

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas-----

Engº José Fernandes-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Adjunto do Vereador-----

Jorge Zacarias-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

Urbª Luís Matas de Sousa-----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

**CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
INTRODUÇÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA-----

A Srª Presidente deu início à reunião saudando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, por receber hoje a reunião de câmara, dizendo que lhe dará de imediato a palavra, sem prejuízo de antes solicitar o Dr. Fernando Barreiros, para saber se tem alguma coisa para introduzir na ordem de trabalhos.-----

Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, referindo que se propõem introduzir 2 pontos na ordem do dia. Um, que ficará como ponto 53, e que foi distribuído na sexta-feira, reporta-se ao programa Prohabita, e é para aprovação do cálculo definitivo da revisão de preços da empreitada de reabilitação de frações em edifícios do Bairro Municipal da Cevadeira, na Castanheira do Ribatejo. O outro, que ficará como ponto 54, reporta-se à aprovação da contratação de serviços para certificação legal das contas do município, com proposta de envio à assembleia municipal para aprovação do auditor externo.-----

Para além disso propõe-se incluir um ponto relativo à abertura de procedimentos concursais para cargos dirigentes dos SMAS. -----

Interveio a Srª Presidente, sugerindo que o mesmo seja incluído no ponto da ordem do dia relativo à câmara municipal, que é o ponto 31, e que fiquem os dois como pontos 1 e 2 do mesmo assunto, uma vez que têm a mesma natureza, e é um procedimento normal.-----

Retomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, sugerindo, nesse caso, que fique como ponto 31A, esclarecendo ainda que também terá de ir à assembleia municipal, para aprovação da nomeação do júri. -----

Interveio de novo a Srª Presidente, para fazer uma correção à ordem do dia, uma vez que o ponto 5 é presente para conhecimento e não para aprovação.-----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, solicitando, em nome dos membros da Coligação Novo Rumo, atendendo à hora a que receberam a documentação dos pontos 11, 12, 14 e 15, e uma vez que não estão habilitados a poderem votar, que os pontos sejam retirados e fiquem para a próxima reunião. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, esclarecendo, tanto quanto tem conhecimento, que os únicos pontos que foram distribuídos na segunda-feira, dia 3, foram os



pontos 11, 12 e 14, os outros foram distribuídos atempadamente.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que isso é verdade, simplesmente o ponto 15 vem na sequência do ponto 14. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que não foi possível distribuir a documentação mais cedo, no entanto é uma questão que tem vindo a ser falada, em que a Coligação Novo Rumo colocou, no que respeita ao ponto 12, algumas questões, a que se respondeu na altura própria, e que agora, no período de discussão pública, também foi possível responder. -----

Algumas são sugestões, a que se respondeu, mas, tendo em vista a necessidade do processo evoluir, na medida em que, como teve ocasião de referir, há situações de mercado que, ou se aproveitam, ou se perdem, o que crê que melhor do que ninguém o Sr. Vereador Vítor Silva sabe, entendeu-se, apesar de tudo, trazer o assunto a reunião de câmara. -----



Pensa que se houver algumas questões haverá condições, tanto do próprio, como do Arqtº Nuno Santos, para responder a alguma dúvida que se coloque. -----

Quanto ao ponto 11, é uma situação de que se tem vindo a falar já há muito tempo, que tem a ver com uma receção provisória parcial, de uma zona que é a 3A, que já foi falada em vários momentos, e que agora foi possível concluir.-----

Esteve-se, até ao limite do possível, a verificar se, no quadro da vistoria que foi feita, as condições estavam reunidas para essa receção ou não, e concluiu-se que sim, e portanto, desta forma, vai-se dar um passo em frente no sentido da câmara municipal começar a tratar de toda aquela zona, conforme é reclamado por muitos moradores daqueles locais. -----

Quanto à Quinta da Seta, e ao ponto 15, é também um daqueles processos antigos em que se tem vindo a fazer um esforço bastante grande no sentido de fazer a receção provisória.-----

O Sr. Vereador referiu-se ao ponto 14, a alteração do loteamento, mas no fundo esta matéria já foi discutida na sede de apresentação e aprovação para envio a discussão pública, e como não houve participações entendeu-se que estavam reunidas as condições para trazer e fechar o processo, que é bastante longo, bastando o Sr. Vereador olhar para as fotografias que se anexam à informação dos serviços para reparar que foi feita, relativamente ao que estava, quase que uma

pequena revolução, relativamente às necessidades de concluir aquela urbanização. Assim, solicita a possibilidade de que, com os esclarecimentos que certamente são necessários dar, haja condições para discutir hoje os pontos, e se de todo for impossível, naturalmente, se retirem, para que todos estejam sintonizados, em condições e apetrechados para votar.-----

Solicita que seja possível a discussão dos pontos em causa, e se na altura se verificar que as informações que forem prestadas são insuficientes, então ponderar se há retirada ou não dos pontos.-----

Interveio a Srª Presidente, sugerindo que os pontos, se houver concordância por parte da Coligação Novo Rumo, passem para o final da reunião, até para se poder fazer algum esclarecimento complementar de que tenham necessidade. Não sabe se isso adianta alguma coisa ou não, mas o Sr. Vereador dirá.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que não estão de momento presentes os seus colegas de bancada, pelo que terá de aguardar que venham para falar com eles, mas entende que a sugestão da Srª Presidente talvez seja a melhor.-----

A Srª Presidente interveio, referindo que se aguarda pela vinda dos Srs. Vereadores.-----

Deliberado, por unanimidade, introduzir os pontos na ordem do dia.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA CASTANHEIRA DO  
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, dando as boas vindas a todos à Castanheira do Ribatejo, desejando que seja uma boa ordem de trabalhos e que haja boas decisões para o município de Vila Franca de Xira e também para a Castanheira.-----

De seguida, aproveitou para colocar algumas questões ao executivo municipal, nomeadamente quanto ao ponto de situação das urbanizações da Cevadeira, pois pensa que tem de ser tomada uma medida urgente, no sentido da retirada do estaleiro, que é um mau cartão de visita, junto de uma escola, para se poder fazer alguma intervenção por causa da saída de emergência.-----

A situação não é nova para ninguém, está tapada com manilhas, com mato, o espaço continua vedado e, no dito estaleiro, quando há mais vento os professores ficam preocupados, bem como a junta e todos, porque as chapas voam, e algumas já chegaram a ir parar dentro da escola. -----

Já tentou perceber quem era o banco que estava entregue àquilo, para poder fazer algum ofício, no sentido de ver se se conseguia uma resolução, e deixa o apelo à câmara municipal, pois pensa que há condições da mesma poder tomar uma posição, em que, ou o banco retira, ou a junta de freguesia ou a própria câmara municipal, porque de facto pode vir a trazer grandes problemas.-----

Sabe-se como estão as urbanizações da Cevadeira, choveu e já abriram grandes valas, pelo que, apesar de vir agora o verão, espera que a maior parte daqueles terrenos não venha depois a obstruir o rio das Portas, a ribeira da Castanheira, deixando este apelo e alerta.-----

Depois, pensa que todos conhecem uma outra situação, e considera que deveria chegar a hora de dizer a alguém que é responsável por aquele troço da estrada do Bairro da Atral Cipan, entre a Transmaior e o novo viaduto, que já está ultrapassada a tolerância que todos têm estado a dar aos empreiteiros que destruíram a estrada. O último a fazer uma intervenção foi a Simtejo, é uma empresa pública, e pensa que está a dar uma má imagem ao concelho de Vila Franca de Xira, nomeadamente aos utentes da Castanheira, que necessitam



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 009

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

daquela estrada. -----

Esta estrada era o bom acesso ao novo viaduto, para se ir para a Vala do Carregado, ou mesmo para norte, e todos sabem que na EN1, nas horas de ponta, as filas chegam quase a Povos, e aquela poderia ser uma boa escapatória. -----

Também agora, com a requalificação da estrada do apeadeiro, a estrada do Carril, seria um reforço muito grande para a alternativa ao trânsito na Castanheira do Ribatejo. -----

Depois, já foi aberto o novo acesso do Bairro da Atral Cipan, e solicita explicação, no sentido de saber se a estrada vai ser alcatroada ou não. De facto, já está aberta, mas começa a abrir buracos e faz também muito pó. -----

Não saindo do bairro, volta a chamar à atenção daquele estacionamento que foi feito, em que houve uma intervenção há uns anos, retirou-se a lajeta que lá estava e subiu-se o piso, mas não foi pavimentado, e o bairro merecia que a câmara municipal pudesse fazer algum esforço para alcatroar aquele parque de estacionamento. -----

Relativamente à iluminação, e à EDP, a questão não é só com a EDP, é também com a câmara municipal. Todos se lembram, em 2010, que a junta de freguesia fez um investimento na Vala do carregado, no Bairro da Atral Cipan, e na urbanização da Saibreira, com um sistema de rega automático, para poupar água e tudo o que vem a seguir, mas a EDP disse aos técnicos da câmara municipal que aquilo não era assim, a junta de freguesia investiu, voltou a alterar, e vieram novamente os técnicos, que disseram que não era assim, pelo que pensa que a câmara municipal deveria insistir junto desses técnicos da EDP para dizerem bem o que querem, porque o dinheiro é público, e não se pode andar a estragar dinheiro nestas coisas todas. Deixa pois este apelo, para que isso pudesse ser visto. -----

Por arrasto há também a questão da célebre iluminação do Casal dos Jardineiros e do Monte Loios. A câmara municipal, nomeadamente a Srª Presidente, já foi abordada muitas vezes sobre este assunto, e deixa também esta questão. -----

Uma outra, que também tem a ver com a iluminação, é a do arranjo urbanístico que a junta fez na rua Isabel Dumond, por cima do rio das Portas. Foi feito o projeto para a iluminação, está tudo preparado, e foi feito tudo em condições para a EDP fazer novas estruturas, retirando os postes que, não estando ao meio, estão a





estorvar o estacionamento. Este é um assunto que vem muita vez nos órgãos de informação, e a EDP deveria resolver o problema. -----

Uma outra questão que gostaria de colocar, embora já tenha alguns esclarecimentos, é o ponto de situação do rio Grande da Pipa. Esteve recentemente com o Sr. Vice-Presidente, mas daí para cá gostaria de saber se houve algum avanço sobre a obra do rio. -----

Gostaria também de saber o ponto de situação do orçamento participativo, em que estão previstos os ginásios ao ar livre, concretamente sobre o ponto de situação dessa obra. -----

Por fim, quanto ao problema do cemitério, a obra avançou, depois parou por causa da retirada dos gavetões, mas neste momento está tudo bem, e pergunta para quando está previsto avançar novamente a obra do cemitério. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que algumas destas questões já são recorrentes, e no que respeita às da EDP, há pouco tempo houve mudança de responsáveis, e mais uma vez se comunicou a estes novos responsáveis a necessidade de se cumprir o planeamento que em cada reunião é colocado. -----

Mais uma vez enviou-se uma listagem, e mais uma vez teve ocasião de dizer que é com grande frustração que o município verifica que os investimentos são cada vez menores, em termos de infraestruturas, e do pedido que é feito no quadro do contrato que se estabeleceu há muitos anos a esta parte com a EDP. Esta pressão mantém-se, e vai continuar, no sentido de se resolverem problemas como aqueles que o Sr. Presidente referiu, e que já deviam estar concluídos. -----

O Engº José Fernandes tomou boa nota destas questões, no sentido de mais uma vez se fazerem as insistências necessárias, e provavelmente se calhar a um nível superior, para as resolver rapidamente. -----

O Sr. Presidente falou em questões complicadas que se têm na Castanheira, que não são só na Castanheira, mas como se está na Castanheira, o que importa é falar sobre esta freguesia, concretamente nas urbanizações da Cevadeira. -----

Assim, e com toda a franqueza, não tem uma resposta concreta quanto à evolução daquele processo, e se dissesse mais do que isto estaria a criar expectativas infundadas, o que não vale a pena, como é evidente. -----

Deve-se falar com o rigor necessário, existindo, no entanto, duas questões que o



Sr. Presidente falou que poderão ser resolvidas. Já se contactou com o banco que agora tem aquele ativo, que é o Banco Popular, tem-se vindo a conversar, e falou-se também sobre a questão do estaleiro. -----

Esta questão, curiosamente, não está no âmbito do ativo do próprio banco, de qualquer modo há ali uma situação de perigo, e como o Sr. Presidente disse, e bem, se não se resolver na sequência das iniciativas que já se fizeram, então vai ter, por uma questão de segurança, de se retirar todos aqueles painéis, apesar de depois o estaleiro ficar devassado. -----

Há uma outra questão que é verdade, a da saída de emergência da escola, que era para ser construída no âmbito da urbanização, mas como não vai evoluir tão depressa, tem que se encontrar uma solução.-----

Relativamente às questões de acessibilidade, e ao restabelecimento do caminho 1237, pensa que talvez no mês de julho se consiga pôr ali um betuminoso, bem assim como se tem vindo a falar com a Simtejo, no sentido de melhorar a via, que em parte foi destruída pelas obras daquela empresa.-----

Estas conversas são sempre difíceis, na medida em que também a Simtejo tem questões de caráter de gestão e económico-financeiras, que não são favoráveis à conclusão de algumas destas situações. No entanto, na última reunião havida com o responsável da Simtejo, Engº Joaquim Peres, conseguiu-se encontrar uma solução, que não será para fazer a reparação de fundo que é necessária, pois essa tem de ser uma intervenção igual àquela que se está a fazer agora na estrada do Apeadeiro e do Porto da Areia. São reabilitações de fundo, que aquela estrada impõe, mas vão-se também tentar minimizar os problemas que ali se têm, apesar de, em termos internos, já se ter feito algum trabalho.-----

Quanto ao rio Grande da Pipa, teve ocasião de entregar ao Sr. Presidente um memorando do ponto da situação, e relativamente a esse mesmo memorando é que pode informar que as obras recomeçaram, sendo que há troços que não vão ainda ser intervencionados, na medida em que ainda não se tomou a posse administrativa de alguns desses terrenos. -----

O que está previsto, de acordo também com um ponto que está na ordem de trabalhos, é fazer uma suspensão exatamente nesses troços, e assim que a posse administrativa dos terrenos acontecer, essa suspensão ser alterada, e todo o



trabalho de cerca de 3 km de intervenção irá ser feito. -----

De qualquer modo as obras recomeçaram, como provavelmente o Sr. Presidente já terá visto, e vai-se agora começar a trabalhar na construção do pontão e outras intervenções, para além daquela informação que foi distribuída ao Sr. Presidente, na altura em que houve uma visita da comissão de ambiente da assembleia municipal. -----

Por fim, quanto ao cemitério, vai-se acabar aquilo que se combinou. Era uma questão de oportunidade, no sentido de haver alteração relativamente aos ossários, pois não se podia continuar o trabalho enquanto os ossários estivessem a impedir a progressão da construção do muro. Essa situação está resolvida, e então agora é só uma questão de voltar a reprogramar o trabalho que estava inicialmente previsto e concluir-se, não só a construção do muro, como também outras alterações no próprio cemitério, que darão uma margem de manobra suficiente para os próximos anos.-----

É nesse objetivo que se vai trabalhar, e pensa que no mês de julho ser-se-á capaz de dar continuidade ao trabalho. -----

Interveio o Sr. Vereador Vale Antunes, mencionando, quanto à Simtejo, que a questão tem vindo a ser tratada com o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Administrador, Engº Joaquim Peres, e crê que o Sr. Vice-Presidente deu a resposta, que vai no seguimento daquilo que têm sido as dificuldades constatáveis da parte da Simtejo, em dar cumprimento a responsabilidades que tem nesta matéria.-----

Assim, terá pouco a acrescentar àquilo que já foi dito. -----

Relativamente a outro assunto, a limpeza de uma linha de água junto ao Bairro da Atral Cipan, já foi objeto de visita, do próprio e do Sr. Vice-Presidente, ao tempo, e está neste momento a ser avaliado um alargamento daquela linha de água, e também está tecnicamente a ser avaliado o aumento da secção da passagem hidráulica que passa na estrada que liga o canil e a Vala do Carregado. Pensa que haverá condições, a curto prazo, de fazer o alargamento da linha de água e, eventualmente, não tão a curto prazo, sendo um assunto que está também a ser tratado pelo Sr. Vice-Presidente, colocar-se a questão de ser exequível ou não o alargamento da passagem hidráulica que ali passa.-----

Pensa que em termos de conforto para o Bairro da Atral Cipan, se se conseguir o



alargamento daquela linha de água, feito por uma empresa da especialidade, haverá fatores de segurança da envolvente do bairro, quanto ao escoamento das águas pluviais de maior intensidade que possam vir a acontecer. -----

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira interveio, referindo que, na sequência do que se conversou e da visita feita ao terreno, serão instalados genericamente, no âmbito do orçamento participativo, dois núcleos com equipamentos, os chamados ginásios ao ar livre. Um na zona de São José do Marco, e outro na segunda fase da Quinta de São João. -----

Na zona de São José do Marco o projeto ficará pronto para a semana, e na outra foi necessário fazer um levantamento topográfico atualizado, por causa de ser mais junto ao cano da água, mas ficará pronto, segundo indicações dos serviços, durante este mês, pelo que pensa que no decorrer do verão ainda é possível instalar as máquinas, que ficarão colocadas na freguesia no decorrer do verão. -----

Interveio o Sr. Presidente da junta, reportando-se à urbanização da Quinta dos Anjos, em que não vai falar nos acessos, mas pensa que se tem de ver como é que se vai conseguir resolver o problema, nomeadamente da desmatção e do tanque, pois começa a vir o verão, e é complicado. Assim, deixa o apelo para se poder estudar ali alguma limpeza e tomar algumas medidas, já que as pessoas, de facto, investiram, a câmara municipal fez ali algum investimento, mas é altura de se começar a ver o que se pode ali fazer. -----

Depois, gostaria de saber, tendo em conta a reunião havida, e tendo sido pedido orçamento do levantamento dos passeios da rua António de Ataíde, qual o ponto desta situação. -----

Respondeu a Srª Presidente que tem tudo presente, e que o processo já está despachado, estando nos serviços da responsabilidade do Engº José Fernandes. Custa 47 000,00€, mais IVA, e está despachado para se fazer no âmbito das intervenções que se vão fazer na Castanheira do Ribatejo. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente da junta, fazendo um apelo ao Sr. Vereador Vale Antunes, porque não foi considerado na empreitada, relativo à sinalização para as passadeiras. Elas estão feitas, e pede que haja alguma urgência na colocação da sinalização, porque depois, se houver algum problema, é a junta de freguesia a responsável. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 014

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio a Srª Presidente, mencionando que o Sr. Vereador Vale Antunes já está a tomar nota, e quanto à outra questão o Sr. Vice-Presidente, que já tinha, em determinado momento, sugerido que o tanque fosse aterrado, vai analisar e trocará impressões com o Sr. Presidente da junta de freguesia.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo-se à preocupação apresentada pelo Sr. Presidente da junta, das obras do orçamento participativo, pois está-se no mês de junho, e são obras que foram definidas ainda no ano de 2012, pelo que seria urgente que começassem rapidamente a ser executadas, sob pena de não estarem concluídas em tempo certo, e também sob pena do próprio processo do orçamento participativo ser posto em causa pelas pessoas que quiseram nele participar.-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESTRADA DA ATRAL CIPAN - CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se a cinco questões relativas à freguesia da Castanheira do Ribatejo. Algumas já tiveram alguma resposta, de qualquer forma, são muito breves. -----

Quanto à estrada da Atral Cipan, dado que a Simtejo é a grande responsável pela sua degradação, era conveniente que assumisse as suas responsabilidades e arranjasse aquilo que estragou. -----

Relativamente ao bairro, e à variante, os membros da CDU solicitam à câmara municipal que possa ser alcatroado este acesso à variante, mas por uma questão de segurança, uma vez que a tendência é que as pessoas passam ali, naquela entrada, e viram à esquerda, o que é terrível. Dever-se-ia pensar inclusivamente na colocação de algumas barreiras, como pinos. -----

São contrários aos pinos, mas neste caso, obrigatoriamente, tem de se colocar lá alguma coisa, pinos, separadores de via, ou outra coisa qualquer que implique que as pessoas não possam virar à esquerda. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo, quanto à estrada, que a questão já tinha sido respondida no período de intervenção do Sr. Presidente da junta.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, esclarecendo, no que respeita ao bairro da Atral Cipan, e às viragens à esquerda, que em termos de sinalização horizontal e vertical, foi colocada toda a sinalização necessária para evitar que as pessoas cometam infrações, e façam as viragens à esquerda. A solução dos pilaretes é possível, mas ter-se-ia de falar com a Brisa, porque é muito ciosa destas coisas, e é uma questão que fica, para ver se é possível resolver. -----

Contudo, o que esperava e espera é uma conduta rigorosa das pessoas, porque estão a pôr em causa a sua própria segurança. -----

Apesar da oposição da CDU, que respeita, mas até considera que num ponto os seus membros até são capazes de concordar com a câmara municipal, conseguiu-se ter aquela ligação direta à EN1, o que vem permitir, em situações normais e correntes do dia a dia, uma facilidade que nunca houve de acesso à EN1 e a outros locais, inclusivamente em situações de emergência, como às vezes acontecia, nas inundações, em que as pessoas não tinham hipótese de fugir, porque havia água



Reunião de 2013/06/05

Deliberação nº

de um lado e do outro, e estavam absolutamente isoladas. -----  
Desta forma, hoje existe uma solução, pela primeira vez, para evitar esses  
problemas, e isso aconteceu devido à construção daquele viaduto,  
independentemente da forma como foi feito, e da forma do financiamento. O que é  
um facto é que aquela infraestrutura é muito importante, vindo beneficiar, e muito,  
todas as pessoas que ali residem. -----

Conforme tinha dito já hoje, aquando da intervenção do Sr. Presidente da junta, pretende-se vir a alcatroar o troço, porque a consolidação do aterro já foi feita, mas estava-se à espera que o aterro fizesse o abatimento necessário para depois se pôr a pavimentação, e é isso que se vai pretender fazer. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

QUINTA DOS ANJOS - CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se à Quinta dos Anjos, na Castanheira do Ribatejo, dizendo, no que respeita aos acessos, que continua a não haver qualquer alternativa à estrada que se conhece há mais de 10 anos. Tanto quanto sabe está aprovado um projeto para a construção de um acesso alternativo, sendo que em 2008 o Sr. Vice-Presidente dizia que ainda não tinha conseguido resolver o problema do acesso à Quinta dos Anjos, porque não tinha encontrado solução para o realojamento das pessoas que estão nas casas degradadas, que estão numa parte principal, onde o caminho depois teria as dimensões necessárias para que pudessem passar as viaturas mais pesadas.-----

Assim, pergunta se desde 2008 até hoje, passados 5 anos, as casas continuam degradadas, estão piores, se já se arranjou realojamento, ou seja, qual é a posição atual.-----

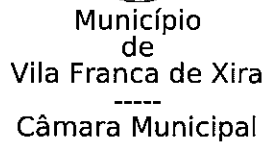
Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que aquilo que pode dizer é que passaram alguns anos a esta parte, e valeria a pena, o que diz porque já houve algumas reuniões, perceber o que os moradores da Quinta dos Anjos querem.-----

A câmara municipal continua a trabalhar no sentido de encontrar uma solução para os acessos, que é isso que está previsto no loteamento, obviamente, mas também se calhar valeria a pena pensar e refletir sobre aquilo que verdadeiramente o conjunto das pessoas que ali mora pensa neste momento. -----

Como não há uma comissão de moradores, vai-se falando de “per si”, uns dizem umas coisas, outros dizem outras, há situações até muito curiosas, e aquilo que se vai continuar a fazer é tentar encontrar uma solução para o acesso. Provavelmente não o acesso inicial, porque esse a EPAL não permite, por causa da salvaguarda das condutas que ali passam de abastecimento de água, mas mantendo parte do traçado que estava previsto. Nesse sentido era necessário realojar pessoas daquelas habitações, que estão numa situação de ruína bastante acentuada.-----

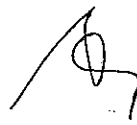
A Srª Presidente esteve envolvida neste processo, e o Sr. Presidente da junta também o conhece, sendo que também não foi fácil, e ainda não se conseguiu encontrar uma solução de realojamento das pessoas. O próprio teve inclusivamente umas reuniões com um proprietário, crê, de duas daquelas





Deliberação nº \_\_\_\_\_

construções, que também estaria disponível para encontrar uma solução, mas de facto as pessoas reivindicam determinado tipo de questão de realojamento a que não é possível aceder, tendo em vista, por um lado, as rendas que se praticam e, por outro, as exigências que são feitas, e ainda não se conseguiu evoluir nesse sentido. -----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
PAGAMENTO DE TAXA DE TRATAMENTO DE ÁGUA - QUINTAS - CASTANHEIRA DO  
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se ao lugar das Quintas, na Castanheira do Ribatejo, e a uma situação estranha, os moradores continuam a pagar, na fatura, a taxa de tratamento de águas, mas como não estão ligados à ETAR, parece aos membros da CDU não haver justiça nenhuma nesta cobrança.-----  
Assim, no mínimo, enquanto essa ligação não for feita as pessoas devem estar isentas deste pagamento. -----

Interveio o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo que ao tempo a administração dos SMAS definiu, até para tentar ser justa nos débitos que processa no tratamento de águas residuais, que hoje ocupa números à volta dos 95%, em termos do seu tratamento global no concelho, que aqueles locais onde o utente não tinha fossa séptica de tratamento do esgoto, em que seguia para uma linha natural, e não havia ainda condições para os SMAS fazerem a ligação, não faziam o pagamento de qualquer taxa de tratamento, e isso mantém-se.-----

Contudo, naquelas situações em que, havendo fossa séptica para tratamento, os SMAS aplicavam a taxa de tratamento, e deixavam de cobrar o custo de deslocação da viatura, para ir retirar, quando necessário, o esgoto, e levá-lo a destino adequado.-----

É isso que existe definido, já tomou nota da questão colocada sobre as Quintas, para perceber o que é que está a acontecer, para, se houver alguma situação anómala face a esta decisão, que ao tempo foi tomada e que se mantém, se corrigir.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PASSAGEM SUBTERRÂNEA NA VALA DO CARREGADO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se à passagem subterrânea, aquela que deveria passar por baixo dos caminhos de ferro, na Vala do Carregado, na Castanheira do Ribatejo, dizendo que os membros da CDU viram um projeto, que é engraçado, e pareceu-lhes que tinha, de facto, pernas para andar, pelo que perguntam para quando é o passar do projeto à prática. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que se desenvolveu, não um projeto, mas um estudo prévio, que foi participado em 50% pela REFER, e a própria teve o mês passado uma reunião com o novo presidente do conselho de administração, no sentido de perceber se a REFER estaria disponível para que se avançasse para a elaboração do projeto de execução, e a celebração de um acordo, quer para o projeto de execução, quer para as obras. -----

Nesse quadro, a REFER voltou a levantar aquilo que são um conjunto de razões, e partilha algumas delas, que são os riscos de segurança de uma passagem abaixo do nível da água naquele local, e aquilo que eram as suas opções, sendo que o assunto aguarda, nesse momento, uma resposta do novo conselho de administração, mas que será dada muito breve.-----

No seguimento dessa reunião, e já foi objeto de um ofício da câmara municipal, solicitou-se que fosse disponibilizado o edifício da antiga estação, que neste momento se está a degradar, e que se pretendia aproveitar e disponibilizar para algum uso que interessasse à população da Vala do Carregado. Na realidade, não sendo, do ponto de vista arquitetónico, um edifício muito relevante, é marcante, do ponto de vista histórico, porque foi a primeira estação fora de Lisboa que existiu quando, no tempo de D. Pedro, se criou o primeiro troço de caminho de ferro. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 021

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
QUINTA DO DUQUE – VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se a algumas preocupações relacionadas com a freguesia de Vialonga, uma delas a Quinta do Duque. -----

Os membros da CDU souberam que no domingo algumas pessoas ligadas ao Banco Espírito Santo – BES, contactaram a associação recreativa de Alpriate, que normalmente utiliza este espaço para a prática do paintball, informando esta coletividade que a partir de agora seria impossível utilizar aquele espaço, uma vez que naquela área da Quinta do Duque iriam ser construídos fogos.-----

Portanto, houve estranheza por parte da associação, uma vez que aquilo é uma zona reservada, de reserva agrícola nacional, à exceção da zona do Palácio, e gostariam de perceber se a câmara municipal sabe de alguma intenção de construção na zona da Quinta do Duque.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a câmara municipal não conhece esta pretensão, e não chegou nenhuma, até porque não é possível. Mesmo que haja não é possível, no quadro daquilo que o PDM refere.-----

Há uma zona que ainda permite alguma construção, mas muito limitada, pelo que uma situação como aquela que a Srª Vereadora referiu não lhe parece que se possa enquadrar no âmbito do PDM e, de qualquer modo, tem de ser muito bem vista, tendo em conta a sensibilidade e preservação que ainda se pretende que se faça daquele património da Quinta do Duque.-----

Considera que às vezes se têm de encontrar soluções com alguma ousadia, ou seja, quer-se, e deseja-se muito, a preservação daquele património, mas os meios financeiros são inexistentes, e provavelmente ter-se-ão de encontrar formas de preservar esse património, nem que seja à custa também de algo que possa não ser aquilo que se deseja, mas que venha permitir uma outra questão, que é a preservação da Quinta do Duque.-----



Não está a dizer que haja alguma pretensão, pois desconhece em absoluto, estando apenas a fazer uma reflexão, se eventualmente um dia aparecer alguma pretensão para aquela área.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que o Sr. Vice-Presidente disse algo que à própria também preocupa. Assim, mesmo numa



pequena parte onde possa ser construído, era bom que a câmara municipal, antes das pessoas começarem a divulgar que vão ali construir, o que de alguma forma pode até melindrar as pessoas que moram naquela zona, pudesse, junto do BES, e sabe que não é sua obrigação, pedir esclarecimentos, uma vez que no domingo os senhores do BES “passearam-se” por lá. Foram ao domingo, o que é até muito estranho, e seria bom que a câmara municipal percebesse o que ali se está a passar. -----

É evidente que ninguém gostaria de ver a Quinta do Duque sem o seu palácio, que está em grande estado de degradação, e felizmente a câmara municipal conseguiu que não acontecesse o mesmo ao palácio da Quinta da Piedade, ao do Sobralinho ou da Suberra. Naquele caso não foi de facto possível, e era bom que a câmara municipal conseguisse perceber o que se está ali a passar. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

DEMOLIÇÃO DE CASAS E BARRACAS NA RUA DA VINHA - ALPRIATE – VIALONGA ----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se à zona de Alpriate, em Vialonga, e ao facto da população ter informado que recebeu cartas para demolir algumas casas e barracas na rua da Vinha, concretamente ao pé da estrada que liga o Morgado a Alpriate, pelo lado da várzea, a estrada da Rabasca, em que os membros da CDU gostariam de perceber se foi a câmara municipal que enviou, e qual a razão. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que gostaria que a Srª Vereadora pudesse especificar o assunto, porque não o consegue identificar.-----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que aquilo que lhe disseram foi que as pessoas que tinham ali algumas casas foram notificadas, e que teria sido a câmara municipal. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando à Srª Vereadora para fazer chegar uma cópia de uma notificação para se perceber, e nem sequer precisa de ter endereço. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora, mencionando que o que as pessoas dizem é que têm ali alguns pertences, o que lhes cria algum transtorno, pelo que os membros da CDU gostariam de perceber se, ao se enviar uma carta deste tipo, se conversou com as pessoas antes, e é pura e simplesmente isso. -----

A Srª Presidente interveio, respondendo que se irá averiguar, depois da Srª Vereadora ter habilitado mais sobre o assunto. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que se vai ver o que se passa.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, mencionando que aquilo que conseguiu até agora perceber é que a carta que as pessoas receberam é da câmara municipal, e diz que as pessoas têm 30 dias para retirar de lá as suas barracas e pertences, porque se pretende construir ali um parque de merendas, sendo que, enquanto vereadora da câmara municipal, não teve conhecimento de qualquer perspectiva de construção de um parque para aquela zona.-----

Assim, gostaria de perceber, e pensa também que as juntas de freguesia não têm essa capacidade de andar a dizer às pessoas para tirarem dali as coisas, mas como há algumas que licenciam quiosques, não sabe. Contudo, ali, naquela junta de freguesia, pensa que não é o caso.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 024

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA JUNTO AO INTERMARCHÉ – VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que há 15 dias atrás os membros da CDU colocaram a questão da construção da rotunda junto ao Intermarché, em Vialonga, e uma vez que ela tinha estado parada muito tempo, perguntaram o porquê desta situação, tendo-lhes sido dito que havia uma regularização que deveria ser feita, nomeadamente para utilizar alguns dos espaços. Aquilo que observam é que, passados 15 dias, crê que na terça-feira, fez ontem 8 dias, estiveram lá 2 ou 3 trabalhadores da CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, e a partir daí nunca mais houve trabalhos na rotunda. Assim, gostariam de perceber se há mais algum impedimento para a construção da rotunda, porque existiu essa movimentação de pessoas nessa terça-feira, os sinais foram desligados, é uma zona muito perigosa, as pessoas que vão na variante, não tendo sinais, perdem a prioridade, não têm noção disso, e de vez em quando há ali acidentes. -----

Desta forma, urge rapidamente desenvolver o processo da construção desta rotunda na variante. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que é com surpresa que ouve dizer isto, na medida em que não há razão nenhuma para que os trabalhos não avancem, e certamente que o Engº José Fernandes já tomou boa nota, para perceber o que é que se passa. -----

Respondeu o Engº José Fernandes que a obra está em curso, e ontem estava-se a fazer o corte dos taludes. -----

Prosseguiu o Sr. Vice-Presidente, mencionando que está em curso, mas parece que de uma forma muito vagarosa. Provavelmente passam ali infraestruturas, está a ser à “enxada”, e tem que ser com uma máquina para ser mais depressa. -----

Não duvida da Srª Vereadora, pois está no local, e a única coisa que pede aos serviços, através do Engº José Fernandes, é que se verifique. Há uma programação, tem de ser cumprida, e não há razões absolutamente nenhuma para não ser resolvida. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, apelando àquilo que o Sr. Vice-Presidente disse, que os serviços passassem e vissem os trabalhos, porque se



Deliberação nº

estão a caminhar, estão a caminhar com muitas dificuldades, e não gostaria de ver aquela rotunda ser adiada mais tempo nenhum. Acha que se já houve atrasos devido a percalços no que respeita a terrenos, era bom que agora, que as coisas estão resolvidas, os trabalhos comesçassem a bom ritmo. -----

Não gostaria de dizer que aquilo que lhe informam não faz parte da verdade, mas também não gostaria que dissessem que o que diz não corresponde à verdade. Contudo, sabe que o Sr. Vice-Presidente não disse isso. -----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 026

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ZONA HISTÓRICA DA CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que faz mais ou menos 4 anos que se fez, nas instalações desta reunião de câmara, uma breve apresentação daquilo que poderia ser o plano de revitalização de zona antiga e histórica da freguesia da Castanheira do Ribatejo. -----



Desse plano constava a intervenção de privados, bem como a participação de dinheiros públicos, através do orçamento da câmara municipal, e também foi dito que seria um projeto de médio e longo prazo, que necessitaria de investimentos, a obter para além do orçamento municipal, e que acima de tudo precisaria de um forte envolvimento dos privados na reconstrução, reabilitação e repovoamento deste núcleo mais antigo da freguesia. -----

Como os membros da CDU não conhecem resultados significativos, ao mesmo tempo que não reconhecem à câmara municipal a atenção devida para a resolução deste problema, gostariam de perguntar o que pensa fazer com este projeto, se é para abandonar, ou se é, antes, um projeto que aguarda por melhores dias. -----

Têm muitas dúvidas de que este projeto possa ser mais adiado, apesar de reconhecerem que as dificuldades existem, também, no lado do orçamento da câmara municipal, mas o pior sinal que se poderia hoje introduzir para um processo de revitalização e requalificação urbana era exatamente abandonar aquelas que são as responsabilidades enquanto autarquia, nesse mesmo processo, que tem de ser participado, envolvente e, acima de tudo, gerador de novas energias, para revitalizar este núcleo histórico. -----

Considera urgente tomar alguma decisão sobre a matéria, porque aquilo que se passa nesta zona histórica é também o que se passa noutras zonas históricas, e mais antigas, do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que o Sr. Vereador falou de uma coisa em que vale a pena dar-lhe o nome exato. Aquilo que veio à câmara municipal na altura foi um estudo de salvaguarda da Castanheira do Ribatejo, que é um estudo de orientação em relação às intervenções urbanísticas que venham a decorrer na área, que foi aprovado na câmara municipal, está no urbanismo e, a exemplo do que acontece em Vila Franca de Xira e noutras freguesias, serve de

acompanhamento, e lembra aliás que há alguns instrumentos desses em que se decidiu em reunião de câmara que, embora não tivessem uma força igual a um plano de pormenor ou outra natureza, não seriam feitas intervenções que viessem a contrariar essa análise e trabalho sem virem à reunião de câmara, e serem aprovados, sendo pois um instrumento dessa natureza. -----

Já agora, a “talho de foice”, aproveita para informar que, isso sim, a câmara municipal tinha um acordo celebrado com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que terminaria este ano, para o desenvolvimento de um conjunto vasto de operações de reabilitação de bairros municipais. Há um ano atrás a autarquia viu-se impedida de continuar a desenvolver esse trabalho, e houve uma intervenção na Castanheira do Ribatejo, em virtude de terem sido denunciados os acordos, porque o Governo considerou não ter condições financeiras para manter a linha de crédito que tinha estabelecido com o Banco Europeu. -----

A câmara municipal não deixou de parte o assunto, principalmente na zona de Vialonga, que é tão cara à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, em que há um património municipal de grande dimensão que precisa de intervenções. Por isso, desenvolveram-se alguns contactos, que culminaram com uma reunião havida a semana passada, com o Sr. Presidente do IHRU, quanto à possibilidade de se vir a manter aquele acordo em aberto, não já para fundos perdidos, mas para uma situação bonificada de recurso ao crédito, no pagamento a 20 anos. -----

Neste momento está já o trabalho em desenvolvimento, ao fim ao cabo daqueles bairros com maior dimensão, e vai-se avançar para esse mesmo trabalho. -----

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, dizendo que há um programa de salvaguarda, que não é vinculativo, mas de qualquer forma é um estudo importante em termos de planeamento urbanístico, e numa ou outra intervenção de privados foi seguido, nomeadamente no edifício à entrada da Castanheira. -----

Parece à câmara municipal que qualquer edifício que seja ali construído tem de ser um marco, uma referência, e um edifício que marque aquela entrada, tanto mais que está prevista também a construção de uma grande rotunda naquela zona, no âmbito da reabilitação da EN1, e essa matéria já foi vista com o Sr. Presidente da junta, em que a compatibilização entre essa pretensão de um privado e a


construção da própria rotunda tem de estar enquadrada, também de acordo com o estudo de salvaguarda. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a Srª Presidente lhe chamou estudo de salvaguarda, e fez bem em corrigi-lo. De facto, chamou-se estudo de salvaguarda, mas ficou-se no passado, porque depois disso a câmara municipal não fez mesmo mais nada, rigorosamente mais nada, bastando constatar o estado de degradação a que chegaram muitos dos núcleos, começando pelo da Castanheira. -----

Os membros da CDU têm dúvidas de que a câmara municipal tenha feito aquilo que se honrou fazer, que era notificar os proprietários para reabilitar, e têm dúvidas de que muitos daqueles parques de estacionamento e equipamentos que foram mostrados em PowerPoint tivessem evoluído, do ponto de vista da apresentação, até à tentativa da sua concretização. -----

Contudo, a Srª Presidente tem razão, é um estudo de salvaguarda, impõe-se fazer essa correção, mas continua-se a falar do passado, porque depois disso nada mais evoluiu. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que o Sr. Vereador não está a ser justo, desde logo pelo facto de desprezar algo que não é de acontecer no momento em que se vive, sendo que há anos a esta parte, e a Castanheira do Ribatejo é bem um exemplo disso, a situação económica das empresas e dos próprios proprietários é deveras difícil. -----

O Sr. Vereador é uma pessoa bem informada, e acompanha de perto aquilo que têm sido as questões colocadas às associações de inquilinos e de proprietários, e tudo o mais, no que diz respeito à reabilitação dos próprios imóveis. -----

Um exemplo do que aconteceu é o de um proprietário que comprou quase um quarteirão, mas neste momento não investe o dinheiro, se o tem, na reabilitação desse património, porque o mercado não está disponível para dar o retorno. Não é proibido, nem é crime, mas é na realidade uma preocupação, e o que a câmara municipal pode fazer é comprar todo o património degradado, reabilitá-lo e introduzi-lo no mercado de arrendamento. -----

É o que pode fazer, e é uma circunstância, para se analisar em conjunto e decidir-se. -----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

URBANIZAÇÕES INACABADAS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Vice-Presidente informou que não tem, infelizmente, muito mais informação disponível do que a que deu a conhecer sobre as urbanizações inacabadas ou as que entraram em processo de insolvência, designadamente as da Cevadeira, na Castanheira do Ribatejo. -----



Contudo, a câmara municipal tem de reconhecer que sabe onde está o administrador de insolvência, aliás, identificou-o, é uma entidade bancária, mas o problema desta urbanização está muito para além das preocupações expressas pelo Sr. Vice-Presidente, é mesmo um caso de segurança para todos aqueles que residem nesta freguesia. As infraestruturas estão completamente vandalizadas, e põem em causa a segurança de todos os que possam eventualmente circular nas suas imediações, ou no seu interior urbanizado. -----

Sabendo-se que são infraestruturas que não estão recebidas, o mínimo que se pode fazer é salvaguardar ou impedir o acesso a essas zonas, como também exigir, a quem hoje é proprietário ou representa essa massa insolvente, a limpeza, o cuidado e tratamento de um bem que não pertence ainda à câmara municipal. -----

Por que razão é que a câmara municipal não entende caçar o alvará? Se enveredasse por uma análise desse tipo, provavelmente, mesmo tratando-se de uma entidade bancária, encontrar-se-ia uma resposta, se calhar imediata, porque esse direito de construção ficava ameaçado. -----

Aquilo que os membros da CDU exigem da câmara municipal não é o partilhar da preocupação, o que querem que a mesma faça é resolver um problema que se arrasta há vários anos.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que, de facto, a caducidade do alvará é uma matéria que está em cima da mesa, porque é a única forma, num processo de insolvência, de, apesar de tudo, se poderem encontrar soluções. Se o alvará caducar o ativo deixa de existir, ou pelo menos será reduzido muitíssimo no seu valor. Na semana passada, no âmbito das reuniões regulares que tem com o advogado, semanalmente, esta foi uma matéria falada, e o próprio advogado tem estado a falar com a administradora de insolvência, chamando à atenção de que se poderá enveredar nesse sentido.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

RIO GRANDE DA PIPA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se ao rio Grande da Pipa, na Castanheira do Ribatejo, dizendo que a câmara municipal, todas as vezes que é solicitada pelos vereadores da CDU, responde sempre com mais do mesmo, os terrenos não se encontram na posse do município. É caso para perguntar, o que é que se passa? Por que é que ainda não estão? De quem é a responsabilidade? Por quanto mais tempo vão aguardar? Sendo certo que para a CDU é uma obra urgente e inadiável, o pouco que está feito já resolveu muitos problemas, ou evitou problemas de inundação nesta zona, mas não podem tolerar mais este tipo de resposta, pois passaram 2 anos rigorosamente a dizer o mesmo, que os terrenos não se encontram na posse ou disponíveis para a obra avançar. -----

Para além disso estão as questões integradas nos compromissos decorrentes do estudo de impacto ambiental, algumas que envolvem particulares ou terceiros. Desta forma, querem mostrar a muito grande preocupação que têm sobre esta matéria, e acham que a câmara municipal continua a não resolver corretamente este processo. -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que ainda bem que a CDU disse que tinha preocupação, e não disse que a câmara municipal, ou o Partido Socialista, não estava a tratar do assunto. -----

Partilha em absoluto, enquanto representante do Partido Socialista, da preocupação do Sr. Vereador Nuno Libório e da CDU, e o Sr. Vereador conhece as razões por que é que correu mal. Correu mal, desde logo, e o Sr. Presidente da junta de freguesia conhece isto tão bem como a própria, quase porque o rio tem duas margens, uma delas em cada concelho. Se estivesse tudo situado no mesmo concelho, a obra estaria a desenvolver-se naturalmente, e deve dizer que ainda agora, depois da pergunta do Sr. Vereador, e no decorrer daquilo que foram contactos da semana passada, conseguiu obter a informação diretamente do gabinete do Sr. Secretário de Estado, que já despachou nestes 2 dias antes da correção da Declaração de Utilidade Pública, porque, à parte de não se revelar um problema fácil, pelas razões faladas, também não se tem revelado fácil por estarem nele a intervir entidades da administração central.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 031

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Não está a falar dos agentes governativos, dos membros do governo, pois quer do secretário de Estado anterior, já deste Governo, em que despachava no dia em que lá chegavam as coisas, quer deste Sr. Secretário de Estado, não tem nenhuma razão de queixa quanto à atenção dedicada ao assunto. Contudo, o tempo que aquilo demora pela APA – Agência Portuguesa de Ambiente, e afins, é que é uma coisa “pavorosa”, e é só isso que pode dizer.-----

Neste momento está já na secretaria geral para ser enviado para publicação, e o compromisso que assumiu agora a assessora do Sr. Secretário de Estado foi que lhe telefonará no momento em que siga para publicação, que será entre hoje à tarde e amanhã de manhã.-----

Aí ficar-se-á com praticamente tudo ultrapassado, para se poder tomar posse administrativa do terreno, e para se poder efetivamente avançar.-----

Depois, também se está perante um conjunto de proprietários, às vezes mais fácil, outras mais difícil, e claramente, neste caso, mais difícil, sendo que tudo se constituiu como uma dificuldade.-----

No entanto, a verdade, o que o Sr. Vice-Presidente já teve também oportunidade de dizer, e o próprio Sr. Vereador Nuno Libório de reconhecer, é que aquela simples intervenção que foi feita, o alargamento da secção de vazante do próprio rio, já melhorou muito, mas precisa de muitas obras ainda. Por isso, é o que se vai fazer de seguida.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que ainda não se falou da revisão de preços, mas lá se entrará, e esta é uma preocupação que todos já deveriam estar a ter, porque quando se chama a atenção da impossibilidade de terminar a tempo e horas uma obra que já deveria ter terminado há largos meses, está-se a falar de encargos financeiros a mais para a autarquia. Se lhe perguntarem quais são, a CDU não sabe dizer quais são, como é óbvio, e de que montante se trata, mas os seus membros estarão presentes, para depois, certamente, terem de se encontrar as soluções para tratar dos problemas, nomeadamente das revisões de preços, para não falar, porque também têm essa preocupação, dos prazos para cumprir o contrato financeiro, porque este projeto recebe fundos da União Europeia, e há prazos muito bem definidos para a realização financeira do projeto.-----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESPAÇO CULTURAL NA CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a câmara municipal anunciou mais ou menos há 2 anos a esta parte que, no mínimo, desenvolveria um estudo ou um projeto prévio para o lançamento de um equipamento de natureza cultural na freguesia da Castanheira do Ribatejo.-----

Nesse equipamento de natureza cultural poderiam ser instalados outros serviços, junta de freguesia ou instituições, e seria, ao fim ao cabo, um espaço de multifunções.-----

Os membros da CDU não conhecem este estudo prévio, não sabem se foi feito, e se há resultados dessa avaliação feita pela câmara municipal. Contudo, sabem que esse equipamento faz falta, que a população da Castanheira reivindica por ele, e que todos ficariam a ganhar se os serviços públicos pudessem beneficiar desse novo equipamento, nesta freguesia. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando ao Sr. Vereador que lhe permita pôr em dúvida que o mesmo não saiba, porque é uma pessoa particularmente informada, e por razões óbvias neste caso acredita que saiba. -----

Há um estudo que foi desenvolvido, que liga este edifício à parte a tardoz, e que não é uma ótima solução, mas é uma solução possível, ficando-se no meio tempo para tentar perceber se se deveria fazer aquele investimento para uma coisa que nunca será uma muito boa solução.-----

De qualquer forma poderá trazer perfeitamente o estudo a uma próxima reunião de câmara, ou antes, vai-se enviar para conhecimento, podendo depois falar-se sobre isso na próxima reunião.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório retomou a palavra, mencionando que os membros da CDU têm essa noção, ficaram mesmo de avaliar, mas para avaliarem precisam de conhecer qualquer coisa.-----

Registam que ao fim deste tempo todo a Srª Presidente dê a conhecer as melhores intenções da câmara municipal, sendo que, provavelmente, o mandato acaba e não se constrói o equipamento cultural, o que é uma evidência, ficando sempre no ar se a impossibilidade que se constata foi por uma questão de opção ou por outra razão qualquer.-----



Interveio a Srª Presidente, perguntando ao Sr. Vereador se a própria pode especificar a “razão qualquer” que o mesmo está a insinuar, uma vez que está a ler em rodapé, questionando ainda se não é por razões de ordem política. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que falou “noutra qualquer”, porque este equipamento é reivindicado pelas pessoas que residem nesta freguesia, e é uma legítima aspiração de toda a atividade cultural do concelho. -----

Vê a Srª Presidente muito obstinada em relação à nova biblioteca de Vila Franca de Xira, e gostaria também de ver o Partido Socialista igualmente obstinado para resolver outros problemas nas atividades culturais centralizadas em todas as outras freguesias. -----

Fica a dúvida, pelo que se a Srª Presidente entender por bem responder, também não lhe ficava mal. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que há questões em que entende não valer a pena esclarecer o Sr. Vereador, por uma razão muito simples, o Sr. Vereador tem a sua opinião, e quando tem a ver com razões de ordem política, nunca o convencerá. -----

Às vezes não é uma coisa boa ser-se impossível de convencer da própria realidade, mas o Sr. Vereador fica com a sua opinião, e a própria fica com a sua verdade. -----

Assim, não se vai perder em nenhuma tentativa de justificação para a razão que o Sr. Vereador não enunciou, mas que tentou colocar. -----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 034

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MONTE DOS CASTELINHOS – CASTANHEIRA DO  
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que a bancada da CDU já fez uma revisão da matéria sobre a Castanheira do Ribatejo, apesar de, nalguns pontos, o próprio poder adiantar mais alguma coisa.-----



Continuou, referindo que gostaria, aquando da abertura da estação arqueológica do Monte dos Castelinhos, que a câmara municipal pudesse também, à semelhança do que têm feito sempre o Sr. Presidente a junta e a junta de freguesia, dar alguma ajuda suplementar para aquilo que se prevê ser uma estação arqueológica das mais importantes de Portugal.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o Sr. Vereador João de Carvalho expressou uma preocupação perfeitamente compreensível, partilhada, que tem a ver com a importância patrimonial dos achados que ali estão a acontecer, sendo que, muito brevemente, possivelmente durante o mês de junho, virá a reunião de câmara um acordo a estabelecer com os proprietários em relação a um entendimento, já que se está perante um trabalho de grande fôlego. -----

Por isso, está-se perante um caso de proprietários com uma atitude completamente diferente, sendo que ontem estiveram em Vila Franca de Xira, vieram à Castanheira do Ribatejo, para ver e contactar com aquilo que está a acontecer nos seus terrenos, e mostraram a mesma disponibilidade de que a câmara municipal possa continuar a trabalhar na descoberta de um património que ultrapassa, como já teve oportunidade de dizer, a importância municipal, e até a nacional.-----

Aí, por sugestão da câmara municipal, até para salvaguarda das partes, desde logo dos proprietários, acordou-se que se iria estabelecer um acordo, que permitirá também à câmara municipal ter algumas ações, entre elas as que garantam, na medida do que é possível, aquilo que o Sr. Vereador equacionou.-----

Para além disso, lembra que se vai realizar um seminário internacional, que neste momento já está a suscitar um grande interesse à volta desta matéria. -----  
-----  
-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
TEATRO SALVADOR MARQUES - ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo não poder deixar de referir um património que se encontra numa outra freguesia, mas que há dias foi vandalizado e roubado, depois da própria câmara municipal e do Sr. Presidente da junta, em assembleia municipal, terem referido o seu propósito na recuperação do Teatro Salvador Marques. Qualquer dia será irrecuperável, pois neste momento estão a roubar varandins, quebraram as entradas e vandalizaram aquilo que resta ainda já dentro do teatro. -----


Não vai perguntar se já é do conhecimento da câmara municipal, porque é, com certeza, pois todos receberam um e-mail, mas pergunta o que está a ser feito e o que se pode eventualmente fazer nesta altura, para evitar este vandalismo e falta de civismo por parte das pessoas, chegando-se ao ponto de se partirem paredes de tijolo, o que é uma coisa inacreditável. -----

Já tinha assistido a isto na capela de Santo António, na Quinta da Flamengo, em Vialonga, porque os ladrões entraram para roubar os azulejos, pelo que quem vai roubar mune-se de várias coisas para conseguir aceder a todos os espaços. Isso aconteceu e continuará a acontecer, infelizmente. Este é um povo que considera civilizado, mas infelizmente ainda mantém alguns incivilizados, e sem o mínimo prurido em delapidar aquilo que é de todos. -----

Estas são as suas preocupações neste momento, que têm a ver um pouco com a sua ligação à área cultural, e basicamente, depois, gostaria que a Srª Presidente lhe pudesse dizer alguma coisa, pois é com certeza uma preocupação para todos. --

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que houve necessidade de entrar no teatro, através da abertura, numa parede, para fazer o levantamento topográfico. Depois tapou-se o buraco, provavelmente não da melhor forma, porque já teve conhecimento de que aquilo que se fez foi retirado, e as pessoas introduziram-se no local. -----

Agora vai-se ter de encontrar uma outra solução, que inviabilize a entrada de pessoas no espaço. De qualquer modo, o que se fez era absolutamente necessário para fazer o levantamento topográfico, na evolução do estudo que se está a fazer. -  
-----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – DIMINUIÇÃO NA PRIMEIRA TRANCHE  
DE PAGAMENTO-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que tem sido notícia hoje, nos jornais, bem como ontem, uma passagem feita pelo presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, no sentido de que na primeira tranche de pagamento referente ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, afinal, contra todas as expectativas, tinha havido uma diminuição de menos 2,7%.-----



Assim, pergunta se já há algum sinal ou valor indicativo desta primeira tranche paga em abril, se o valor foi maior ou inferior àquele que tem sido ultimamente, de acordo também com as expectativas.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que ontem houve reunião do conselho diretivo da ANMP, houve oportunidade de discutir amplamente este assunto, e foi na sequência dessa discussão que o Sr. Presidente da ANMP, depois, proferiu essas declarações, que vale a pena enquadrar.-----

Continua a verificar-se uma dificuldade por parte da associação e dos próprios municípios, que tem a ver com as dificuldades do acesso à informação. Hoje, a exemplo do que acontece com a informação por parte da administração local, que é obrigatória fornecer, o dever da transparência e da informação, a verdade é que a administração central, desde logo a autoridade tributária, não respeita este direito, e hoje ainda muitos municípios não têm acesso à informação da liquidação dos seus impostos.-----

A ANMP, nas longas e numerosas conversas que tem tido com o Governo à volta deste tema da nova lei das finanças locais, e das alterações aos códigos dos diversos impostos, tem solicitado sempre, até por uma questão de rigor na posição que toma, informação dos valores de liquidação e cobrança dos impostos municipais. Contudo, a verdade é que até ao momento esses números nunca foram fornecidos.-----

Já anteriormente, quando da lei das finanças locais que se encontra em vigor, houve uma grande diferença entre os números que estavam na posse da associação, fornecidos pelos municípios, e os números que o Governo fornecia à associação, através de entidades como a DGAL – Direção-Geral de Administração

Local, e outras. -----

No caso concreto do IMI, quando a discussão foi feita, sobre a criação de um fundo para vir a colmatar dificuldades de municípios que tivessem ultrapassado o endividamento, a verdade é que os números de liquidação e cobrança que eram apontados pelo Governo apontavam para qualquer coisa que rondava os 700 milhões de euros a mais de IMI, quando comparados com o ano anterior.-----

Desde sempre se disse que isso não seria possível, que não correspondia à realidade, e estava-se também perante uma situação, que era a do cálculo de uma taxa média de 0,4%. Isso não corresponde, e principalmente quando se avança num processo de reavaliação como o que está em curso, a verdade é que, à exceção de um conjunto pequeno, na casa dos 20 e tal, que por razões de se encontrarem intervencionados em termos financeiros foram obrigados a aplicar as taxas máximas, hoje os municípios têm, até por uma questão de sensibilidade em relação à situação social das famílias, taxas reduzidas. No caso do município de Vila Franca de Xira, é de 0,3%.-----

Poucos são os edifícios que estão com a taxa de 0,61%, porque a maior parte deles se encontra já reavaliada. -----

Neste quadro, continuando a desconhecer-se o valor da liquidação, em que cada município por si deveria ser informado, (até para poder perceber quanto é que os munícipes se constituíram como devedores do imposto municipal, e poder ser lançado na sua contabilidade), e não é, a verdade é que a cobrança foi abaixo dos valores expectáveis. -----

Considerando também que este ano houve uma alteração substantiva, o facto das coletas de IMI igual ou superiores a 600,00€ virem a ser pagas em 3 prestações, não se pode inferir de imediato que o valor vai ser inferior ou superior, e vai-se ter de aguardar para perceber, na soma da divisão, isso sim, como é que foi o comportamento deste imposto.-----

De qualquer maneira, uma coisa se sabe, as segundas e terceiras prestações serão inferiores à primeira, porque a primeira traz consigo, desde logo, todos aqueles que só têm uma prestação. -----

Neste quadro, há uma preocupação por parte dos municípios, na possibilidade da quebra da cobrança do imposto municipal sobre imóveis, independentemente de



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Por isso, o que se sabe neste momento é que efetivamente a cobrança do imposto foi abaixo dos valores que eram apontados pela autoridade tributária para este momento, sendo que, em relação ao total, só mais à frente é que se poderá pronunciar.-----



Fl. Ata 039

Reunião de 2013/06/05

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SALDO ENTRE A CRIAÇÃO E FECHO OU DIMINUIÇÃO DE EMPRESAS-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que foi notícia estas últimas semanas que, pela primeira vez, dentro de alguns meses, que foram bastantes, o saldo entre a criação e diminuição e fecho de empresas foi positivo.-----

Desta forma, pergunta se há algum indicador a nível concelhio que possa dar alguma indicação sobre a criação de empresas, se o saldo é positivo ou negativo.---

A Srª Presidente interveio, respondendo que esta informação, porque não é detalhada e aprofundada, pode criar, às vezes, a ficção de que as empresas estão a nascer em número superior às aquelas que estão a encerrar.-----

O que se verifica é que as empresas que nascem são empresas individuais, todas abaixo de 10 trabalhadores, enquanto as empresas que estão a encerrar, para além também dessas, têm outra dimensão, o que é preocupante. -----

Hoje, por exemplo, houve de manhã uma manifestação dos trabalhadores da Dan Cake, que tinha a ver com o facto de terem salários em atraso, e depois de analisada a questão, o que se verifica é que a empresa tem vários milhões a receber de IVA por parte da administração central, de reembolso de IVA, e são criadas dificuldades de gestão muito complicadas, tanto mais que o encontro de contas entre o “pago” e o “deve” não acontece. -----

Nesse sentido, embora se pense que vai ficar resolvida dentro de poucos dias, a situação causa dificuldades às famílias também. -----



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA-----

Interveio a Srª Presidente, perguntando à Coligação Novo Rumo, em relação aos pontos 11, 12, 14 e 15, sobre os quais o Sr. Vereador Vítor Silva tinha levantado questões, se podem ser discutidos no final da reunião. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, referindo que sim.-----

Prosseguiu a Srª Presidente, mencionando que não sabe quando é que foram enviados os pontos, mas solicita a melhor atenção para este assunto ao diretor do departamento, ficando os pontos para discussão no final da reunião.-----

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL





Deliberação nº 618

01.ata 11



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 043

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 619

Assunto: COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NA AQUISIÇÃO DE OSSÁRIOS PARA O CEMITÉRIO DA CASTANHEIRA DO RIBATEJO – JUNTA DE FREGUESIA DA CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/05/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte de ata, para aprovação da atribuição de um apoio municipal, no montante de 8 413,20€, à Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, correspondente a 50% do custo total de aquisição de 72 ossários para o cemitério da Castanheira do Ribatejo. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----



Reunião de 2013/06/05

Deliberação nº 620

Assunto: REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DA VALA DO CARREGADO

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/05/29, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da revogação do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato celebrado com a Associação Desportiva e Cultural da Vala do Carregado em 19 de junho de 2010.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -



Fl. Ata 045

Reunião de 2013/06/05

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº 621

Assunto: CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE VIALONGA -----

Presente minuta do protocolo a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Vialonga, referente à cedência gratuita, em regime de comodato, da instalação correspondente à fração autónoma designada pela letra “H”, do lote 5, sita na rua Miguel Torga, nº 20 C, na Quinta da Maranhota, em Vialonga, destinada ao desenvolvimento de atividades e apoio a famílias carenciadas, pela Cáritas da Paróquia de Vialonga. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -



Fl. Ata 046

Reunião de 2013/06/05

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº 622

Assunto: PROPOSTA DE LEI Nº 122/XII, QUE ESTABELECE O REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – DECLARAÇÃO DA ANMP – SUBSCRIÇÃO PELOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS-----

Presente para aprovação a subscrição da declaração da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, referente à proposta de Lei nº 122/XII, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. \_\_\_\_\_

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que esta declaração da ANMP, que resulta de um encontro de presidentes de câmaras, e que foi subscrita pelos presidentes, enquanto representantes das entidades, vem à reunião de câmara para conhecimento. -----

Tomado conhecimento, \_\_\_\_\_

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E  
REQUALIFICAÇÃO URBANA



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 202/13, de 29/05, do DGUPRU/SAP, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2013/05/15 e 2013/05/28, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 202/13, de 29/05, do DGUPRU/SAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----  
-----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL "RECUPERE A SUA CASA" -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 21/13, de 29/05, do DGUPRU/SOC, para aprovação, após o período de discussão pública, da alteração ao regulamento municipal "Recupere a sua Casa", e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 21/13, de 29/05, do DGUPRU/SOC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam:-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que em fevereiro, quando o assunto veio a reunião de câmara e se discutiu, antes de ir para discussão pública, os membros da CDU tinham proposto que houvesse algumas alterações que lhes pareciam não estar corretas, nomeadamente no preâmbulo que diz, de facto, que foram levadas em consideração aquelas propostas feitas pela sua bancada.-----  
Afirma que isso não é verdade, uma vez que o anexo II diz, e muito bem, que quando as pessoas os vão buscar, os materiais que são entregues pela autarquia destinam-se a ser utilizados única e exclusivamente para a finalidade prevista no regulamento do programa municipal, não sendo permitida qualquer outra utilização sob pena de indemnização, e os anexos III e IV são autos de devolução de materiais, em que já são as pessoas que levantaram os materiais que, não os estando a utilizar, os estão a devolver, pelo que não tem lógica nenhuma que a mesma frase esteja contemplada nestes anexos, a dizer que os materiais só devem ser usados única e exclusivamente para o fim que está determinado. Se as pessoas já perceberam isso, já não têm materiais para usar e já os estão a





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 050

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

devolver, “porque diabo” é que se tem de fazer constar esta menção, que não tem lógica nenhuma que apareça? Já tinham chamado, em fevereiro, à atenção deste pequeno pormenor, que não tem grande utilidade, mas já que a câmara municipal está a fazer de novo, deverá fazer bem feito.-----

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, referindo que não pode estar mais de acordo, e conforme o Sr. Vereador Bernardino Lima se deve recordar, na última reunião de câmara onde este processo foi discutido, o próprio fez alusão que a redação que estava no anexo II não tinha sentido estar nos anexos III e IV.-----

Desta forma, ou os serviços colocaram os anexos anteriores, ou então não sabe responder, e diz só que se irá retirar a redação. -----

Depois de averiguar com os serviços, informou a bancada da CDU que as sugestões que os seus membros deram foram tratadas e incluídas, só que lamentavelmente os serviços incluíram os anexos errados, mas a redação, efetivamente, foi anulada.-----

Tomou a palavra o Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, Arqtº Nuno Santos, mencionando que na última reunião de câmara nem vinha esta referência, acrescentando ainda que, para eficácia do regulamento, não é necessário, conforme vem escrito na informação dos serviços, que seja publicado em Diário da República. Vem na informação, mas posteriormente verificou-se essa situação, e por isso trouxe este aditamento, de que não é necessária, para ganhar eficácia, essa publicação.-----

O Sr. Vereador Bernardino Lima interveio, referindo, em resposta à Srª Presidente sobre a votação do ponto, que a proposta é que se aprove o ponto e substitua o documento.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, propondo então que se aprove, substituindo-se o documento, que efetivamente, em termos de discussão, foi validado, de acordo com aquilo que o Sr. Vereador Bernardino Lima tinha dito, mas lamentavelmente vieram os anexos errados.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com as propostas do Sr. Vice-Presidente. -----




Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 051

Reunião de 2013/06/05

Procº 56/13 ONEREDPDM

 Deliberação nº 625

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – CORTE DAS FAIAS, PONTAL E ZENGUELHO OU TERRAS DO HOSPITAL – PRAGAS DA MALVEIRA - VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 269/13, de 29/05, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito no edifício de apoio agrícola da propriedade denominada Corte das Faias, Pontal e Zenguelho ou Terras do Hospital – Pragás da Malveira, freguesia de Vila Franca de Xira, a requerimento de Jorge Manuel Rodrigues Carvalho. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 269/13, de 29/05, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



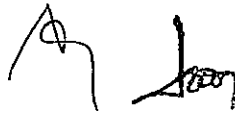
1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – RUA JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS, Nº 1 - R/C, ESQº, POVOS - VILA FRANCA DE XIRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 245/13, de 20/05, do DPGQU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na Rua José Carlos Ary dos Santos, nº 1, r/c esqº, em Povos, freguesia de Vila Franca de Xira, a requerimento de Albano Lourenço dos Ramos de Sousa. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 245/13, de 20/05 do DPGQU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA DO LOTEAMENTO DO CASAL DO BISAU - SÃO JOÃO DOS MONTES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 239/13, de 17/05, do DPGQU/DF, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização do loteamento do Casal do Bisau, na freguesia de São João dos Montes, cujo promotor é José Dias – Sociedade de Construções, Lda, bem como da libertação da garantia bancária nº 00830004225880019, emitida pela CGD – Caixa Geral de Depósitos, no valor de 12 048,57€.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 239/13, de 17/05, do DPGQU/DF, auto de receção definitiva e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR OLIVAL DE FORA – VIALONGA - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 51/75, DE 03/07-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 458/13, de 28/05, do DGUPRU/DGU, para aprovação da alteração ao loteamento denominado por Olival de Fora, na freguesia de Vialonga, titulado pelo alvará de loteamento nº 51/75, de 03/07, não havendo lugar a discussão pública, de acordo com o nº 8, do artº 27º, do Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação, solicitada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vialonga.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 458/13, de 28/05, do DGUPRU/DGU, planta de localização, planta síntese, certidão da conservatória, declaração de aprovação em direito de superfície, escritura de cedência em direito de superfície e planta de arranjos exteriores, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que a documentação deste ponto não chegou em muito tempo e horas, de qualquer forma, percebe-se. -----  
Tudo indica que há boas perspetivas para resolver este processo, de acordo com a leitura que se fez ao documento, e a primeira pergunta que coloca é se se confirma que há uma solução sustentada, para resolver o problema que se prende com a legalização de infraestruturas construídas. Tudo indica que sim, e é uma pergunta que praticamente tem já resposta implícita na informação técnica, mas os membros da CDU gostariam de colocar uma questão, porque tiveram conhecimento que a instituição foi novamente oficiada, aliás na sequência até do compromisso assumido na última reunião de câmara, e há um particular aspeto



que lhes suscita dúvidas. -----

Na comunicação dirigida à instituição é-lhe solicitado o parecer favorável do Instituto de Segurança Social, ou seja, a prova de que a Segurança Social, quando do processo de licenciamento, se pronunciou favoravelmente quanto à localização, características e funcionalidades dessa instalação a licenciar. Portanto, suscita-lhes alguma dúvida que esse documento não exista, porque se não existisse muito estranho seria que a Segurança Social sistematicamente viesse a renovar os acordos.-----

Desta forma, há um qualquer aspeto que em termos de processo não está ainda suficientemente clarificado, ou seja, como é que a câmara municipal pode solicitar a entrega desse documento, se é a própria Segurança Social que ao longo destes anos tem vindo a renovar o acordo, apesar de provisoriamente, como é óbvio. Há um qualquer momento que, ou não está claro na comunicação enviada à instituição, ou não percebem, sendo que não sabe se foi claro na forma como colocou a questão, mas tem consigo a carta.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas questões a colocar. -----

Quanto à primeira, pensam que em 2010, numa reunião de câmara de setembro, este terreno que agora se propõe dar aos bombeiros voluntários foi dado à igreja, e perguntam se já está feita a reversão desta doação.-----

Depois, acham perfeitamente lógica a ambição dos bombeiros de Vialonga, de quererem ter umas novas instalações, mas, por aquilo que se têm vindo a aperceber, até do convite que tiveram para estarem presentes no aniversário dos bombeiros da Póvoa de Santa Iria e de Vila Franca de Xira, há uma nova política, atendendo também à falta de meios, que são cada vez mais difíceis, nomeadamente os monetários, em que está a haver uma interpretação e articulação melhores para o aproveitamento dos equipamentos, no sentido de haver uma racionalização de todas as infraestruturas, instalações, equipamentos, veículos e tudo o mais. -----

Consideram que é perfeitamente legítima a aspiração dos bombeiros de Vialonga, de umas novas instalações, mas perguntam se, atendendo a esta nova política, esta constatação da realidade e das dificuldades não é contranatura, na medida



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 056

Reunião de 2013/06/05

Procº FU/78-129 LOTE

Deliberação nº \_\_\_\_\_

em que existem a 3 km de distância, mais ou menos, nomeadamente os bombeiros da Póvoa, que têm umas instalações suficientes para também abranger Vialonga. -- O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, para dizer ao Sr. Vereador Nuno Libório que não há nada de mais a não ser a instrução de um processo de licenciamento. Não há dúvidas nenhuma de que ao longo destes anos a Segurança Social deu sempre o seu parecer positivo, favorável, para que a ABEIV desenvolvesse a sua atividade, e não é isso que está em causa.-----

Julga que nada custará à direção da ABEIV enviar esse documento, para fazer parte do processo, o que não é impeditivo de coisa nenhuma, a não ser da instrução do próprio processo, e desse documento estar no processo, porque não está. Como não está, está-se a solicitar a quem o pode fornecer, e isso não é de modo nenhum impeditivo para o trabalho que se está a desenvolver e resolver, é só um mero ato administrativo, nada mais do que isso.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando, para clarificar, de que momento se trata.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que é um documento no qual a Segurança Social atesta os contratos que tem com a ABEIV.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não é isso que está escrito. Se for isso é muito fácil, ou imagina que seja fácil fazer chegar, mas não lhe parece que seja isso que está escrito.-----

O Arqtº Nuno Santos interveio, mencionando que a Segurança Social estabelece requisitos técnicos para o exercício deste tipo de atividade, e quando faz estas aprovações, resultados das visitas que faz aos equipamentos, acaba por contratualizar com as instituições algumas alterações que devem ser feitas. Essas alterações devem constar também dos projetos, daí que se queira e esteja a solicitar que esses documentos possam ser juntos ao processo, para que todas as coisas fiquem, de facto, conforme o Sr. Vice-Presidente diz, constantes do processo, e o que se está a licenciar corresponda efetivamente ao que a Segurança Social também solicitou. -----

Daí esse encontro, que é meramente garantir o encontro de informação, nada mais.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que considera que era muito mais fácil pegar



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 057

Reunião de 2013/06/05

Procº FU/78-129 LOTE

Deliberação nº \_\_\_\_\_

no telefone, telefonar para o Sr. Presidente da ABEIV, e pedir o documento. Pensa que não vale a pena ser de outra forma, pois pensa que é muito fácil de tratar. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que fácil é, de certeza, e não se está perante uma situação de dificuldade absolutamente nenhuma, sendo óbvio que continua a referir que se está perante um ato administrativo, necessário para a boa instrução do processo, e não é mais nada do que isso. Esta matéria, apesar de poder ser tratada pelo telefone, do que não tem dúvida, tem de ficar também registada em termos de ofício, para memória futura do processo. -----

Não se está a inventar nada, não se está a dificultar coisa nenhuma, está-se a cumprir o normativo e os regulamentos que se têm de cumprir, e não é isso que vai impedir em nada a boa evolução do processo. -----

Depois, o compromisso era trazer este processo hoje a reunião de câmara, aproveitando também para resolver uma questão que era necessária resolver relativamente aos bombeiros de Vialonga, estando essa situação resolvida e expressa. -----

Quanto à questão colocada pelo Sr. Vereador Vítor Silva, há uma aceitação da igreja, que naturalmente necessitará de um outro terreno, apesar de ter já em Vialonga um terreno noutra local. Precisa de um outro terreno, provavelmente até mais central, para um dia poder construir uma nova igreja, um centro paroquial ou seja o que for, para o desenvolvimento da sua atividade. -----

Isso está absolutamente assumido e foi um trabalho que a Srª Presidente fez junto da Fábrica da Igreja de Vialonga.-----

No que respeita à nova política relativamente à construção de novos equipamentos, não se sabe como essa matéria vai evoluir, vai-se ficar expectante, e o que diz é que se tem, com novos quartéis ou não, de criar melhores condições de trabalho aos bombeiros e bombeiras daquela corporação. Quanto ao que vai evoluir, em termos de legislação, vai-se ver.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, para questionar, quanto à questão do registo da cedência, de acordo com o terreno anteriormente cedido, os 4 mil e tal metros, se não consta já do processo. -----

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que a questão é regularizar uma situação de ocupação de uma zona, ao que o Sr. Vereador Nuno Libório respondeu que isso só



A

100

se pode fazer após a aprovação da alteração ao loteamento, e pensa que não se pode pedir antecipadamente aquilo que ainda não está aprovado, porque o documento inicial até existe no processo.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo estar a falar dos 4 mil e tal metros, não da retificação, e são pedidos os documentos comprovativos do registo da cedência do terreno, o que consta do processo, pelo que considera que não se oficia sobre uma coisa que não está aprovada. -----

Continuou, dizendo ter sido introduzida uma discussão pelo PSD, e é preocupante o PSD vir sugerir que na Póvoa de Santa Iria se encontrem as instalações para os bombeiros de Vialonga.-----

Deve dizer aos Srs. Vereadores do PSD que deverá haver, da parte dos mesmos, muita prudência, e dos melhores interesses que representam, na defesa dos interesses do concelho de Vila Franca de Xira, parecendo-lhe estar longe a defesa dessa ideia, até defendida pela associação humanitária diretamente envolvida. Inclusivamente considera que deveria haver alguma cautela na forma como todos se pronunciam, às vezes, e certamente sem intenção, sobre a vida interna das associações, pois há uma questão de fundo, todo e qualquer tipo de decisão tem que ser tomado pelos sócios e respetivas direções. -----

Podem-se ter opiniões, há direito a tê-las, mas pode ser problemático e absolutamente extemporâneo avançar com uma proposta deste tipo, que as instalações que são necessárias em Vialonga resolvem-se com as existentes na Póvoa de Santa Iria.-----

Os membros da CDU têm sérias reservas, para não dizerem a mais séria oposição relativamente a esse processo, que pode passar, se calhar, pela liquidação da própria autonomia dos bombeiros. -----

Pede desculpa por introduzir a questão, mas ficou bastante surpreendido pela forma como o PSD introduziu esta outra questão, a propósito de um outro assunto.-

Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que a redação do ofício que foi enviado à instituição não é feliz, e não pode ser cumprido, porque está agora na sua execução. Por isso, vai-se enviar um novo ofício, simplesmente pedindo aquilo que respeita ao Instituto de Segurança Social. -----

Quando ao resto, não é possível pedir, porque não existe, a redação está errada, e

A

lon

é só isso que pode dizer. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que não pretende entrar em diálogo com o que foi dito pelo Sr. Vereador Nuno Libório, mas lembra simplesmente que os meios são cada vez mais escassos. -----

Compreende, e até acabou por dizer que considera perfeitamente legítimas as aspirações dos bombeiros de Vialonga, mas simplesmente, por aquilo que se apercebeu, que ouviu inclusivamente em visita aos bombeiros, tanto da Póvoa, como de Vila Franca de Xira, parece que se está a encaminhar, e conscientemente, uma procura de racionalização de meios, e de uma entreaajuda melhor entre todas as corporações vizinhas, tendo que se compreender também, atendendo às dificuldades e falta de meios, se será oportuno encarar a construção já de imediato de um novo quartel dos bombeiros de Vialonga. -----

Contudo, como é evidente, os bombeiros ou as entidades competentes se encaminharão de tomar a decisão final. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso tomou a palavra, mencionando que esta questão do agrupamento dos bombeiros foi até, inclusivamente, levantada numa das reuniões de câmara, pelos vereadores da CDU, e a Srª Presidente na altura disse que quem tinha informado informou de maneira errada. Portanto, os membros da CDU tiveram em boa conta a informação que a Srª Presidente deu, e acreditam plenamente nela. -----

Depois, e dirigindo-se aos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo, gostaria, quanto ao tipo de diálogo que hoje se está a ter, que o dissessem aquando das visitas que certamente irão fazer às associações, nomeadamente à Associação de Bombeiros Voluntários de Vialonga. Dizer que o estado atual do país não permite que as associações tenham aspirações de dar àqueles que são voluntários na sua casa melhores condições de trabalho, crê que não é conversa que se possa ter. Aliás, a pretensão destes bombeiros voluntários é muito antiga, o terreno está cedido há muitas décadas, e foi agora alterado, para bem de todos, porque sabe-se que o terreno cedido é agora o mercado de levante da freguesia, que foi requalificado pela câmara municipal. -----

Considera que dizer que as corporações se devem entender, e devem colaborar, certamente que sim, e certamente é isso que acontece hoje, mal será que as



instituições do concelho não se entendam, mas pôr em causa uma pretensão que já foi tanta vez negada, mas que sempre é reafirmada como também uma preocupação do Partido Socialista, não lhe parece correto, porque a freguesia de Vialonga, infelizmente, já teve esse tipo de discurso aquando da requalificação da EB 2,3.-----

Na altura também os Srs. Vereadores, o Sr. Primeiro-Ministro, disseram que gastar 7 milhões de euros num auditório e na requalificação da escola era impensável, e a escola ficou pelo caminho, o que também se deve aos senhores, e agora, mais uma vez, os bombeiros voluntários de Vialonga não têm o direito de aspirar a melhores condições para desenvolver o seu trabalho.-----

Está a falar de uma freguesia que é a que cresceu mais na última década, 30% de crescimento, são 22 000 pessoas que lá vivem, com condições que se calhar são ímpares no concelho, estando-se a falar de 13 torres de 10 andares, onde é necessário rapidamente socorrer quem do socorro precisa, pelo que não consegue perceber este tipo de discurso. Francamente não consegue, e não era capaz de o deixar de dizer.-----

Interveio a Srª Presidente, dando conta da situação no que diz respeito à proposta que o Governo está a elaborar, e que tem a ver com os corpos de bombeiros. -----

Quando disse à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que a informação que lhe tinham dado não estava correta, a sua correção foi a de que não vai ser extinta nenhuma associação de bombeiros, pretendendo-se reestruturar, criando uma nova organização, que passará, no caso de Vila Franca de Xira, pela criação de um agrupamento, que permite a continuidade das associações de bombeiros, e agrega os corpos de bombeiros no que respeita aos seus equipamentos e a tudo o mais, bem como à sua organização e funcionamento. -----

Assim, um pouco a exemplo do que deverá certamente acontecer com as freguesias que foram agregadas em futuro momento, em que há compromissos, no caso do Partido Socialista, de manter a funcionar as atuais sedes de junta, para garantir a proximidade e o serviço às populações, neste caso aquilo que foi conversado é que era fundamental manter localmente respostas, desde logo na área da saúde e outras, que permitissem a tal proximidade, e a resposta às populações.-----





Foi isto que foi dito, e não haja dúvida nenhuma de que esta intenção do Governo condiciona a decisão de qualquer construção de raiz, que não se enquadre nesta nova filosofia. -----

Quando se analisa em detalhe, dirá que a posição do Partido Socialista é a de que, claramente, os bombeiros de Vialonga, desenvolvem um trabalho meritório, e precisam de melhores condições de trabalho, bem como a de verificar a possibilidade de que isso passe pela construção de umas novas instalações, que pode eventualmente não ter a filosofia dos atuais quartéis dos bombeiros, que nalguns casos são claramente excessivos em relação àquilo que é o funcionamento. -----

É uma realidade, mas não é menos verdade que houve duas situações, que tiveram a ver com a Castanheira do Ribatejo e Vialonga, em relação aos bombeiros. A câmara municipal conseguiu resolver, com grande empenhamento, a questão da Castanheira do Ribatejo, que não tem umas instalações luxuosas, mas tem umas instalações funcionais. Por várias razões, que se prendiam até com a localização que entretanto foi corrigida, para uma muito melhor, não foi possível acontecer com os bombeiros de Vialonga, e por uma total ausência de meios próprios. -----

Aquando das últimas conversações, o que se verificou foi que efetivamente tinham à sua frente um conjunto de outras candidaturas, e eventualmente nenhuma viria já a ser aprovada. A medida continua fechada, a câmara municipal continua a defender, seja em que quadro, que os bombeiros precisam de melhores condições de trabalho. É um compromisso que tem, e, nesta sede, representando todos, sendo esta a posição em relação a esta questão. -----

Para além disso, tem uma preocupação, que tem a ver com a saga de encerramentos de coisas, e que tem a ver, por exemplo, com as estações dos CTT.- Não está previsto o encerramento de nenhuma estação dos Correios, mas também não é menos verdade que os serviços do Correio que funcionam em juntas de freguesia já são hoje as juntas que assumem todos os encargos com esse mesmo funcionamento. Não há nenhum encargo suplementar para os Correios, Telégrafos e Telefones, mas não deixa de constituir uma preocupação. -----

A outra preocupação tem a ver com aquilo que está na calha, que são as



repartições de Finanças. Já houve dois quadros, fechar Vila Franca de Xira e ficar Alverca do Ribatejo, mas depois, quando se pensou em agregar concelhos, fechava Alverca do Ribatejo e ficava Vila Franca de Xira.-----

Desta forma, está-se num período de grandes riscos, e grandes riscos de perda de serviços, uns mais importantes que outros, é certo, mas que afetam, e nalguns casos muito mesmo, a qualidade de vida das pessoas.-----

Tem tentado defender isto, como foi o caso dos Correios e outras situações, o caso das Finanças, mas não sabe até que ponto é que se aguenta.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que na Assembleia da República o partido que a Srª Presidente representa foi responsável por esta "avalanche" de privatizações, como aliás a Srª Presidente sabe, e não está a dizer nada de novo. ---

A Srª Presidente interrompeu, mencionando que aí é completamente diferente do Sr. Vereador, pois é a militante nº 4 683, um número baixo, mas dentro do seu partido também se sabe uma coisa, muito claramente, pensa pela sua própria cabeça, e nestas coisas não tem nenhum travamento. Tem uma responsabilidade, que cumprirá até ao último dia, e neste quadro a coincineração fala bem disso.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador, respondendo que foi o PS que preparou este terreno legislativo quando era governo. Há muita gente que tem uma visão alternativa, há que ser respeitada, e vai-se ver, pois é o povo que decide, qual a decisão do destino do país nos dias mais próximos. De facto, o PS não se pode "limpar" de responsabilidades, antes pelo contrário, foi muito responsável por tudo isto. -----

Falando dos bombeiros, faz "parecer" o processo das freguesias, pois se não é travado e a câmara municipal não diz claramente o que sente e defende em relação ao futuro dos bombeiros, o processo pode ser muito idêntico ao das freguesias, porque quando se der conta, já estão decretados os seus encerramentos, e de uma forma muito simples. -----

As questões de financiamento e de acesso aos fundos comunitários ficam impossibilitadas para aqueles que, por exemplo, e já se fala nisso, não se constituírem como agrupamento, e sabe-se o que é que isso poderia resultar. Poderia resultar na asfixia exata e proporcional nessas mesmas corporações, das que não quisessem que lhes fosse imposto um modelo de organização. -----

Já se percebeu que o PSD até defendia o agrupamento que ia até Arruda dos



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

h

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 063  
Reunião de 2013/06/05  
Procº FU/78-129 LOTE  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

Vinhos, é disto que se trata, pelo que os seus membros deveriam ter coragem para defender e dizê-lo, perante todos, não há que ter problemas. Os membros da CDU dizem que não concordam, mas os Srs. Vereadores têm é que ter uma coerência solúvel, no sentido de dizerem que defendem isso para o concelho de Vila Franca de Xira.-----

O PSD defende, para Vila Franca de Xira e Arruda, que deve haver um agrupamento de bombeiros, os que não entrarem nesse agrupamento “logo se vê”, e o “logo se vê” é não terem acesso às normais condições de financiamento, e não terem acesso às condições de acesso ao futuro quadro comunitário de apoio. É disto que se trata, eventualmente, pelo que tem de ser assumido, e se os Srs. Vereadores não fizerem o favor de informar corretamente as instituições, o concelho e a população, os membros da CDU dizem-no, porque tem de ser denunciado, e por isso também exigem que a câmara municipal tenha uma outra atitude de defesa dos interesses das associações, e do trabalho benévolo que elas servem ao concelho.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, para esclarecer o ponto de situação da Coligação Novo Rumo, porque não quer que fiquem dúvidas a ninguém, nomeadamente a Vialonga. Compreendem e sabem que as instalações atuais que estão ao serviço dos bombeiros voluntários de Vialonga não têm o mínimo de condições, e o próprio foi o primeiro a dizê-lo, que consideram perfeitamente legítimas as aspirações de quererem umas instalações melhores, onde possam exercer o seu ato nobre de voluntariado mais dignamente, mas é verdade que também têm de dizer que não se pode esconder a situação do país que se tem, para se andar a gastar o que não se tem, e depois qualquer governo que esteja a governar ser confrontado com a necessidade de ter de cortar “aqui e acolá”.-----

Os meios não são suficientes, há cada vez mais dificuldade na sua obtenção, e é só isso. Não estão contra as aspirações legítimas dos bombeiros de Vialonga, acham que eles merecem e são dignos de terem umas instalações melhores para poderem exercer mais condignamente o seu nobre ato de voluntariado, agora, por aquilo que se estão a aperceber, sabem que ainda bem que está a haver entre as corporações de bombeiros uma articulação melhor das necessidades de equipamento, para depois não se recorrer àquilo que está a acontecer.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 064

Reunião de 2013/06/05

Procº FU/78-129 LOTE

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Muitas compraram ambulâncias, agora não têm possibilidades de as manter, e andam a ter que vender equipamentos, porque de outra maneira não conseguem sobreviver, sendo só isso que pretende que fique registado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----


Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 065

Reunião de 2013/06/05

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS





1. Assunto: RENOVAÇÃO URBANA DA RUA DA REPÚBLICA – PÓVOA DE SANTA IRIA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 448/13, de 19/04, do DOVSM/DGE, para aprovação da conta final, do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação das garantias referentes à empreitada de renovação urbana da rua da República, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Valjardim, Lda.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 448/13, de 19/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo só acham estranho que uma obra que foi recebida provisoriamente em 2005, e com a garantia de 5 anos, só passados 8 anos é que foi pedida para receção definitiva. O que é que se passou para realmente não se ter denunciado esta receção definitiva mais antecipadamente? -----  
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que efetivamente poderia ter sido mais cedo, caso tivesse sido solicitado, ou a empresa o pudesse ter feito. Normalmente nunca é nos 5 anos, é sempre um pouco mais, de modo que é só essa questão. Muitas das vezes é assim, e hoje em dia as empresas até andam bastante mais atentas, pelas razões óbvias.-----  
Interveio a Srª Presidente, propondo que esta questão pudesse ser automática, solicitando ao Dr. Rui Galhardo que, dentro da sua divisão, pense na possibilidade, no registo das cauções, de criar um sistema de alerta, para que quando terminem os prazos possa haver uma chamada de atenção, para se desenvolver o



procedimento da libertação da garantia. -----

Reporta-se à libertação final, sendo que se vai tentar fazer essa melhoria, pois é algo interessante.-----

O Engº José Fernandes interveio, dizendo que a alteração da lei levou a que os serviços fossem “inundados” por um conjunto de processos de vistorias, para efeitos de libertação de caução, porque agora passou a ser de ano a ano. Durante 5 anos tem que se libertar aquilo que antes era até 10 anos, sendo que atualmente há quase só uma pessoa em exclusivo a tratar deste assunto. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, reforçando a informação, dizendo que esta libertação poderia ser só num item, que tem a ver com a funcionalidade do próprio equipamento, já que hoje em dia a lei determina e exige que se possa fazer um certo tipo de percentagem de receções e reduções de garantias, coisa que não acontecia no passado, que era ao fim de 10 anos. Hoje passou para 5 anos, e mesmo no âmbito desses 5 anos há receções parciais, que a própria lei hoje determina. Tendo em vista as dificuldades que existem, pensa que seja uma boa decisão. -----

Esclareceu ainda o Engº José Fernandes que em termos de período de garantia da obra mantém-se a situação atual. São 10 anos para elementos estruturais, 5 anos para outros elementos, não estruturais, e 2 anos para equipamentos. Porém, para efeitos de libertação da caução, saiu legislação que começa a libertar a caução da obra, ao fim do primeiro ano, durante 5 anos, ou seja, a obra fica sem caução, mas continua a ter garantia. No primeiro e segundo anos são 30%, nos outros 2 anos seguintes são 15%, e no quinto ano 10%, mas caso ela tenha garantia de 10 anos, se a obra que foi construída tiver elementos estruturais, e esses elementos tanto são para um edifício como para uma via, a garantia continua a ser por 10 anos.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----





1. Assunto: EXECUÇÃO DE PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL – JARDINS DO ARROZ – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 552/13, de 27/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada da execução de passagem superior pedonal – Jardins do Arroz, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Obriverca II – Construções, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 552/13, de 27/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

O Sr. Vereador Bernardino Lima interveio, dizendo que há uma questão que já aflorou numa outra reunião, e que é a posição da CDU relativamente à revisão de preços da passagem pedonal dos Jardins do Arroz. A lei permite à firma construtora, Obriverca II, o direito à revisão de preço, e este valor nem sequer é muito grande, está-se a falar de 7 400,00€, que correspondem sensivelmente a 1% do valor da adjudicação. Portanto, a justiça permite-lhe que possa vir a receber esta revisão de preços relativamente a esta obra. -----

Parece aos membros da CDU que é imoral, e a moralidade não tem lei, pois trata-se de uma empresa que teve tantos atrasos no decurso da obra, e teve uma câmara municipal que foi mais do que compreensiva relativamente àquilo que eram os seus problemas financeiros, que nunca lhe atribuiu qualquer penalização, e se o tivesse feito, seria de valores certamente superiores a este, da revisão de preço, tendo-se agora uma empresa, que, permitindo-lhe a lei que o receba, não obriga a que o receba. -----

Portanto, como lhes parece que a empresa, moralmente, não tem direito a este



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 069

Reunião de 2013/06/05

Procº 24/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº \_\_\_\_\_

valor, a CDU vai votar contra. -----  
O Sr. Vice-Presidente interveio, respondendo que as questões morais e a legislação nem sempre convergem. Percebe o que o Sr. Vereador disse, mas, de facto, há legislação que se tem de cumprir, e é isso que se traz hoje. No entanto, regista e não vai comentar a intervenção, porque efetivamente há momentos em que o bom senso e a moral devem presidir. -----

7. Deliberação: Deliberado por maioria com os votos contra da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 567/13, de 30/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da suspensão parcial dos trabalhos, a partir do dia 16/05/2013, pelo prazo de 60 dias, bem como do respetivo auto de suspensão, respeitantes à empreitada da regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada ao Consórcio Obrecol, SA/Oliveiras, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 567/13, de 30/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, informado que este assunto já tinha sido abordado anteriormente, e os membros da CDU vão votar a favor. -----  
O Sr. Vereador João de Carvalho também usou da palavra, dizendo que a sua bancada vota favoravelmente. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DE LEVANTE DA PÓVOA E ESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DA ENVOLVENTE – PÓVOA DE SANTA IRIA - DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 273/13, de 28/05, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 510,08€, com IVA incluído, pago pela Armando Cunha, SA, pelas peças do procedimento relativo à empreitada da requalificação do mercado de levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 273/13, de 28/05, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 573/13, de 31/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da conclusão dos trabalhos da empreitada do parque linear ribeirinho do estuário do Tejo, até ao dia 28/06/2013, sem encargos para o dono de obra e de acordo com o plano de trabalhos apresentado por Alexandre Barbosa Borges, SA, e ajustado àquela data, bem como do plano de trabalhos, da memória justificativa e descritiva e do cronograma financeiro, também apresentados pelo empreiteiro, ficando este vinculado aos novos documentos, não decorrendo qualquer prorrogação do prazo do contrato, e reservando a câmara municipal o direito de exigir o pagamento de eventuais danos decorrentes do não cumprimento do prazo e plano de trabalho, caso se venha a verificar uma eventual ocorrência de desvio injustificado.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 573/13, de 31/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Presidente, questionando ao Sr. Vereador Nuno Libório se a CDU vota contra, o que o mesmo confirmou, pelas razões óbvias. -----  
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que vai fazer duas perguntas que a si o preocupam, e que pensa preocupam a todos, ou seja, se isto poderá pôr ou não em causa o financiamento, pelos prazos, e, se assim o é, mesmo sabendo que se tem aquilo de que se falou, se vale a pena arriscar, até porque se mudou um pouco a forma, não há prorrogação de prazo, há desvio de prazo.-----  
A Srª Presidente interveio, respondendo que não põe em causa o financiamento.----  
Prossegiu o Sr. Vereador João de Carvalho, questionando o porquê de ser desvio e

não prorrogação de prazo.-----

Respondeu o Engº José Fernandes que é por força da lei. Só há prorrogações de prazo se houver trabalhos a mais ou se houver suspensões. O enquadramento jurídico não permite outra denominação, e a partir daí, está-se perante desvios. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



CAPÍTULO: GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_


Fl. Ata 075

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 634

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SRª PRESIDENTE -----  
-----
2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no período compreendido entre 2013/05/09 e 2013/05/27, referentes à emissão de horários de funcionamento, de licença de utilização e de 2ª via de licença de utilização, bem como da renovação de cartão de vendedor ambulante. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE UM QUIOSQUE COM O RAMO DE CAFETARIA COM ÁREA DE ESPLANADA NO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – JARDIM DOS SOCALCOS – VIALONGA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 115/13, de 29/05, do GAMAE, para aprovação da abertura de um procedimento para atribuição do direito de exploração de um quiosque com o ramo de cafetaria, com área de esplanada, no parque urbano da Quinta da Flamengo, no Jardim dos Socalcos, em Vialonga, bem como das peças do procedimento e composição da comissão de avaliação das propostas. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 115/13, de 29/05, do GAMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que daquilo que os membros da CDU entenderam, até porque vem na revisão ao orçamento o preço para a aquisição do quiosque, há alguma coisa que não está correta no concurso ou no caderno de encargos. -----  
No ponto 4.1, página 8, diz-se que “o adjudicatário assumirá o financiamento necessário à aquisição, instalação e perfeita exploração do quiosque”, mas uma vez que não cabe ao adjudicatário a compra do quiosque, seria de alterar este ponto. -----  
Depois, porque as propostas são entregues até dia 4 de julho, depois há mais 10 dias, mais 10 e depois mais 10, e sabendo que isso deve decorrer da lei, receia que quando finalmente o procedimento estiver concluído, o bom tempo, que é aquele



que normalmente chama as pessoas para o espaço livre, tenha terminado, e isso de facto é uma pena.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo, quanto ao ponto 4,1, que o documento terá de ser corrigido, porque efetivamente não é assim, mas poderá considerar-se aprovado o lançamento.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio novamente, perguntando se há alguma forma de agilizar o processo.-----

A Srª Presidente respondeu que há prazos, e que depende dos concorrentes. Se houver só um, dá para encurtar todos estes procedimentos, pelo que se terá de aguardar para ver. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 078

Reunião de 2013/06/05

## CAPÍTULO: NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 079

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 636

1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 110/13, de 30/05, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada da obra de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, adjudicada à Oliveiras, SA, pelo valor de 1 092 879,22€. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 110/13, de 30/05, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA E RESTABELECIMENTO DO TROÇO ACIDENTADO DA ESTRADA DE S. MARCOS – CALHANDRIZ -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 111/13, de 30/05, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada da obra de estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de S. Marcos, na Calhandriz, adjudicada à HCI - Construções, SA, pelo valor de 839 498,84€.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 111/13, de 30/05, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Tomou a palavra ao Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de saber se o inquérito que se aprovou está a ser desenvolvido.-----  
O Sr. Vice-Presidente interveio, respondendo que foi solicitado ao Dr. Manuel Rodrigues que terminasse este processo, mas, como tem muitos outros, ainda não conseguiu chegar a esse, mas há de chegar, já se deram instruções para o efeito. Já foram dadas também instruções claras no âmbito da auditoria, conforme referiu na última reunião, para avançar com as iniciativas necessárias que achar conveniente no campo jurídico, para apurar e fazer o que entender. Não vai dizer o que é, porque tecnicamente não sabe responder, sendo essa uma matéria que está com o advogado da autarquia.-----  
Interveio a Srª Presidente, para informar que já está a decorrer a auditoria em relação ao processo do Juventude da Castanheira.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 081

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DO ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 113/13, de 30/05, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada da obra do ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas – Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 813 950,00€.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 113/13, de 30/05, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para fazer uma declaração de voto da CDU. Os seus membros defendem o projeto de hortas urbanas, e aliás são proponentes de várias propostas sobre esta matéria, mas não estão em condições de aprovar um processo que é lesivo do ponto de vista financeiro para o município e, acima de tudo, decorreu de uma alteração ao segundo loteamento da fase II da Quinta da Piedade, que, a ser feito este empreendimento, deveria ser custeado diretamente pelo promotor e não pela câmara municipal.-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 083

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 639

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA DE ALVERCA CHASA, CRL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 112/13, de 30/05, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão da fração “SS”, sita na rua Fernando Pessoa, lote 1, nº 31, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 73 500,00€. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 112/13, de 30/05, do Notariado Privativo Municipal, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 084

Reunião de 2013/06/05

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA

A

João

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 085

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 640

Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS NA  
ÁREA DE PESSOAL-----

- Homologação da ata de avaliação do período experimental da trabalhadora Joana  
Pereira David e Silva, na categoria de Técnica Superior (área de Arquitetura  
Paisagista), por despacho de 2013/05/14.-----

- Acumulação de funções privadas, solicitada pela Assistente Técnica, Lúcia  
Cristina da Silva Agostinho, por despacho de 2013/05/15. -----

- Mobilidade interna intercarreiras, pelo período de dezoito meses, com efeitos a  
01 de junho de 2013, da Assistente Técnica, Maria João Falardo Ramalho das  
Neves, na categoria de Técnica Superior (área de Gestão Autárquica), por  
despacho de 2013/05/29.-----

- Exercício de funções nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila  
Franca de Xira, com efeitos a 01 de junho de 2013, do Assistente Operacional  
Bruno Miguel Inácio Pereira, por despacho de 2013/05/30. -----

Tomado conhecimento.-----



Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2013, de 20 de maio, I série, que determina que a Equipa para os Assuntos da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica coordena e acompanha a execução de medidas destinadas a garantir que os eleitores têm pleno conhecimento das alterações decorrentes da reorganização administrativa; -----

Declaração de Retificação nº 27/2013, de 21 de maio, I série, que retifica o Decreto-Lei nº 60/2013, de 9 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, publicado no Diário da República nº 89/2013, de 9 de maio; -----

Despacho nº 6651/2013, de 22 de maio, II série, que homologa as Metas Curriculares da disciplina de Inglês dos 2º e 3º ciclos do ensino básico; -----

Portaria nº 191/2013, de 24 de maio, I série, que fixa a informação a constar no formulário eletrónico para apresentação da mera comunicação prévia, aprova os modelos do cartão de feirante e de vendedor ambulante e do letreiro identificativo em suporte duradouro e estabelece o custo da respetiva emissão; -----

Portaria nº 193-A/2013, de 27 de maio, I série, primeira alteração à Portaria nº 1213/2010, de 2 de dezembro que aprova os requisitos para a atribuição e transmissão da licença da distribuição local de gás natural, os fatores de ponderação dos critérios de seleção e avaliação, o respetivo modelo de licença; -----

Portaria nº 197/2013, de 28 de maio, I série, que aprova o Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras e o modelo de contrato de disponibilização, na bolsa nacional de terras, de prédios para utilização agrícola, florestal e silvopastoril; -----

Despacho nº 6943-A/2013, de 28 de maio, II série, que estabelece um calendário de adoção de manuais escolares para os cursos profissionais do Ensino Secundário, para o ano letivo de 2013-2014, para as disciplinas previstas no anexo I; -----

Decreto-Lei nº 71/2013, de 30 de maio, I série, que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, aprova o regime de contabilidade de caixa em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (regime



Fl. Ata 087


Reunião de 2013/06/05

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº \_\_\_\_\_

de IVA de caixa), e altera o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro.

Tomado conhecimento,-----

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão de Contabilidade para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, no período compreendido entre 2013/05/17 e 2013/05/30, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 089

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 643

1. Assunto: BALANCETES -----  
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----  
Câmara Municipal:-----  
Dotações Orçamentais-----23 624 168,91€  
Dotações não Orçamentais----- 2 204 760,05€  
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----  
Dotações Orçamentais----- 4 004 725,66€  
Dotações não Orçamentais----- 612 301,39€  
-----  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 090

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 644

han

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DIRIGENTES  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 379/13, de 29/05, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura de procedimentos concursais para cargos dirigentes de direção intermédia de 1º grau (diretor de departamento), de direção intermédia de 2º grau (chefe de divisão), e de direção intermédia de 3º grau (coordenador), bem como posterior remessa à assembleia municipal para aprovação da constituição dos respetivos júris. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 379/13, de 29/05, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
A Srª Presidente interveio, referindo que, decorrente da reestruturação orgânica da câmara municipal, torna-se necessário proceder à abertura de um conjunto de concursos. -----  
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que tem alguma dificuldade em conseguir compreender o processo destas aberturas de concursos, até porque, nalguns casos, há cargos providos em substituição já há muitos anos, como o da Divisão de Bibliotecas. -----  
Esclareceu a Srª Presidente que o cargo estava provido em comissão de serviço, e não em regime de substituição, estando agora em regime de substituição.-----  
Prosseguiu o Sr. Vereador João de Carvalho, questionando se tem de se abrir um processo concursal para nomeação em definitivo, mesmo para quem já está a exercer. -----  
A Srª Presidente interveio, para dizer que pode não ser, uma vez que a nomeação em regime de substituição obriga a que decorra um concurso, que é geral, para os



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 091

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

funcionários, não só da câmara municipal, mas da administração, e pode perfeitamente a escolha não vir a recair sobre o funcionário que está em regime de substituição, ou até o próprio funcionário pode entender não concorrer. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que são as regras, reportando-se ao caso, por exemplo, do Dr. David Santos, que há pouco tempo foi nomeado como diretor de departamento, em regime de substituição. -----

Para além disso, quando começou a olhar para os júris, verificou que os júris dos vários concursos, à exceção da Srª Presidente e dos vereadores, são, salteadamente, potenciais candidatos, ou não. São ao mesmo tempo potenciais candidatos, apesar de não serem júris nos seus próprios serviços, mas podem ser no serviço ao lado. -----

Desta forma, pergunta se são obrigatórios estes concursos para suprirem estes cargos, ou se não pode ser uma decisão própria da presidente da câmara. -----

Respondeu a Srª Presidente que não pode ser por nomeação, tem que ser obrigatoriamente por concurso, solicitando esclarecimentos ao Dr. Fernando Barreiros. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, esclarecendo que, tendo entrado em vigor a nova orgânica, a maior parte dos dirigentes que neste momento estão nomeados estão em regime de substituição, só não estando salvo erro dois. Um deles é referente à Divisão de Recursos Humanos, porque há correspondência entre o anterior regulamento orgânico e o atual, e para estes casos mantém-se em vigor a nomeação. -----

Em relação às orgânicas que também têm correspondência, mas que estavam em regime de substituição, e que serão duas situações, esses concursos estavam suspensos por força das normas orçamentais e da contenção de pessoal. Verificado que está que não existem esses impedimentos, os concursos vão continuar normalmente, porque têm correspondência entre as orgânicas. -----

Naquilo que não tiver correspondência na nova orgânica, neste momento, os cargos estão providos em regime de substituição, e vão ser abertos os procedimentos concursais, que são precisamente aqueles que são hoje presentes a reunião de câmara para aprovação, e que irão depois à assembleia municipal, só para efeitos da aprovação do júri. -----



Como estes concursos de pessoal dirigente exigem, nesta primeira fase, que as pessoas tenham um precedente de carreira, 4 anos para chefe de divisão, e 6 para diretor, não precisam de ir à assembleia municipal para aprovação do concurso, porque não revestem propriamente um acréscimo de despesa para o Estado.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo-se aos membros do júri que são potenciais candidatos noutras áreas, questionando se podem integrar o júri de uma outra área diferente da sua, pois parece assim que se está a "jogar em casa". Não tem dúvidas da idoneidade de cada um, mas podem-se levantar exteriormente. -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que hoje os júris têm algumas obrigações em relação à sua constituição. Um júri para o concurso de um dirigente tem de ter, obrigatoriamente, uma pessoa de uma entidade externa, que é solicitada às universidades, ou, por exemplo, se for um engenheiro, ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sendo pois obrigatório que tenha uma entidade dessa natureza.-- Depois, na sua constituição houve algum cuidado em relação à questão que o Sr. Vereador colocou, desde logo, por exemplo, em relação aos concursos para chefes de divisão, em que não há chefes de divisão nos júris, há diretores, precisamente para não haver esse tipo de conflito. Mesmo quando for para diretor, se um diretor constituir o júri, haverá sempre outra entidade que também está presente.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo, ao olharem para estes documentos, causa-lhes algum desconforto, efetivamente, como o Sr. Vereador João de Carvalho falou, o facto de uns serem júris dos outros. Sem querer obviamente colocar em causa a idoneidade de cada pessoa, o certo é que, "se tu não me eleges, eu também não te elejo", e é um bocado assim.-----

Depois, a Srª Presidente disse que os chefes de divisão não podem constituir júri, mas há chefes de divisão que fazem parte do júri para nomear outros chefes de divisão. -----

Esclareceu a Srª Presidente que o que queria dizer é que não são presidentes de júri. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que está tudo bem, mas de qualquer maneira integram o júri.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 093

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio novamente a Srª Presidente, para dizer que é preciso perceber quantas pessoas são necessárias para o júri. São 3 pessoas, e uma é externa, pois há sempre uma entidade externa. -----

O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo não têm dúvidas da transparência do processo, porque conhecem as pessoas, mas para quem não conheça pode ter, e essa é a única salvaguarda que faz com que o próprio faça a pergunta, mais nada. -----

A Srª Presidente interveio, reportando-se a um exemplo, do concurso para Chefe da Divisão Municipal de Assuntos Jurídicos, em que está no júri o Dr. Fernando Barreiros, a Drª Maria Alexandra Chaves, que é do Conselho Geral da Ordem dos Advogados (neste caso já veio a indicação do nome, porque haverá alguns concursos que não terão ainda a designação, e é indicada apenas a entidade), fazendo ainda parte uma chefe de divisão dos SMAS. -----

Verifica-se que não há nenhuma penetração de um lado para o outro, mas pode haver algum caso em que haja alguma questão específica. -----

Outro exemplo é o da Divisão Municipal de Planeamento e Requalificação Urbana, onde é júri o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, o Professor Doutor Urbanista José Diogo da Silva Mateus, que é da Universidade Lusófona, e o Arqtº Nuno Santos, que é o atual diretor do departamento. -----

Um outro exemplo ainda é o do concurso para Coordenador do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude, em que pertence ao júri a própria, o Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa, da Universidade Lusófona, e a Drª Maria de Lurdes Pinto. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando que vai gastar um pouco mais de tempo do que aquele que é normal nas suas intervenções, por isso, pede desde já desculpa a toda a gente. -----

Sobre a apreciação que os membros da CDU fizeram deste processo, salienta os seguintes aspetos: o concurso é composto por uma avaliação curricular, o que é perfeitamente normal; e por uma entrevista individual. -----

Esta entrevista individual não tem critérios, não tem ponderação, nem valorização dos critérios, ou seja, é de livre arbítrio, dando espaço para tudo, sendo que esta entrevista, sem critérios pré-definidos, é suficiente para decidir a classificação

final, baseada em avaliações de interpretação ambíguas, e de impossível recurso por parte dos candidatos. -----

Está-se a fazer a candidatura de dirigentes, no entanto, não veem expressas na avaliação as metodologias para avaliar características como a liderança, a gestão do tempo, a gestão de conflitos, e outras, funções basilares de um dirigente. -----

Não consta a análise à avaliação dos últimos anos, apesar de todos conhecerem a falácia dessas avaliações, com limitação da quantidade de boas notas a atribuir, mesmo que os funcionários as mereçam, a influência das divergências entre pessoas, mesmo quando não interferem com o profissionalismo das mesmas, entre outras. -----

Por último, quanto ao critério para a escolha das licenciaturas para cada cargo, este não é uniforme, ora se tem o curso de gestão, genericamente, ora se tem o curso de arquitetura, na especialização de gestão urbanística. Assim, considera que ou se vai sempre para a especialização, ou se fica sempre pelo curso genérico. -----

Dando um exemplo, reportou-se ao Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e jurídica, que julga não se deveria limitar à área de direito, e deveriam ser admissíveis licenciaturas em contabilidade e fiscalidade. -----

Quanto à Divisão de Informação Municipal e Relações Públicas, entende-se, menos bem, uma licenciatura em filosofia, pois também poderia ser sociologia ou outras ligadas à comunicação social. -----

Para o Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, já é uma forma diferente, admite-se, muito mal, um curso genérico, tal como no caso anterior, mas especifica-se que deve ser arquitetura de gestão urbanística. Assim, se se opta pelas especialidades dos cursos, para a direção financeira e jurídica deve-se exigir alguém que deveria ter uma licenciatura em gestão autárquica ou em contabilidade, com a especialização em POCAL. -----

Quanto a um outro exemplo, para Chefe da Divisão Municipal de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público, questionam por que é que se limita à arquitetura do ambiente. Por que é que não pode ser um engenheiro ambiental, curiosamente, à semelhança daquilo que fizeram os SMAS, no documento que lhes chegou hoje? Não se pede um arquiteto ambiental, mas também dá-se a



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A Jm

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 095

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

possibilidade que seja um engenheiro ambiental. -----

Entendem que se esteja a tentar que os dirigentes sejam especializados nas áreas que orientam, mas algumas, tendo em conta a sua importância e necessidade de mudar o paradigma do apoio municipal às atividades económicas, e visto que esta também engloba o turismo, não veem outra alternativa adequada se não a licenciatura em gestão ou economia, com especialização em turismo ou hotelaria. O que a câmara municipal apresenta, neste caso, é uma licenciatura em relações públicas, que lhes parece não ter nada a ver com o cargo. -----

Referiu, em conclusão, que estes são alguns aspetos que parecem aos membros da CDU serem de salientar neste momento, com os critérios que foram definidos. --

Interveio a Srª Presidente, reportando-se a uma questão, que não é a favor nem contra, tendo a ver, desde logo, no que respeita à entrevista, porque o Sr. Vereador, ou não sabe, ou omitiu um pormenor que na sua opinião torna a entrevista diferente de uma mera entrevista feita num gabinete fechado e tudo o mais. -----

As entrevistas para cargos dirigentes são de porta aberta, com a presença, normalmente, de todos os candidatos, estando o último candidato já muito preparado para a entrevista, enquanto o primeiro chega lá, e é "apanhado" de surpresa, porque não sabe minimamente como é que aquilo vai acontecer. O último já ouviu tudo o que havia para perguntar, e já percebeu, com ligeiras diferenças, o que lhe vai calhar. -----

Isto é, na realidade, algo que está definido, e quanto à questão dos critérios, são regras que estão definidas, não é nada que se possa ajeitar e até melhorar, pensando que a análise que a CDU fez e que o Sr. Vereador transmitiu é uma análise em que não lhe custa nada estar de acordo. -----

No caso das licenciaturas, da formação, também é sempre um pouco subjetivo, porque podem ser estas e mais uma dúzia. Os recursos humanos propuseram, foram acrescentadas algumas, de qualquer maneira, se se considerar que outras devem ser introduzidas, não há da sua parte, e da parte do seu grupo político, nenhuma dificuldade em relação a isso. -----

Depois, se por acaso, quer a Coligação Novo Rumo, quer a CDU, quiserem apresentar algumas sugestões de licenciaturas a considerar nestas candidaturas,



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 096

Reunião de 2013/06/05

Proc<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

terá todo o gosto em acolhê-las, tem é que ser rápido, vindo o assunto à próxima reunião de câmara.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que foi tomada esta decisão acertada, e que depois poderá haver contributos concretos processo a processo, mas gostaria, para ficar registado em ata, de abordar duas ou três questões que lhe parecem relevantes. A primeira é que este processo, decorrendo da lei, abre ao mesmo tempo um conjunto elevado de procedimentos para unidades orgânicas, câmara a câmara, o que torna depois complicada a indicação de júris. Assim, o problema é também aquele com que todos os 307 municípios se deparam. -----

Estes são processos que, sob o ponto de vista do legislador, fazem algum sentido, mas na aplicação prática criam estas dificuldades. -----

Uma outra nota, que também se justifica que fique em ata, é o facto de nas entrevistas dos júris, ou na avaliação que vai ser feita, e o Sr. Vereador Bernardino Lima levantou duas ou três questões sobre as quais se poderia dizer algumas coisas, mas não vale a pena no momento, não se estar a avaliar o desempenho do dirigente enquanto tal, uma vez que os procedimentos ficam abertos para qualquer pessoa, que tenha a formação e o tempo na administração pública suficientes para isso. Assim, haverá em teoria muita gente que nunca foi dirigente e que se candidatará a estes processos, pelo que se um dos elementos fosse a capacidade de liderança, isso poderia até ser impossível de avaliar, pelo júri, tendo em conta que podem vir pessoas ligadas à administração pública, de qualquer câmara do país, ou de qualquer organismo da administração pública do país. -----

Não são os concursos que se estão a abrir agora que o dizem, é a lei, e nem sequer se pode fugir a esse facto. -----

Pretendeu pois deixar esta opinião expressa, analisando-se, depois, na próxima reunião, os processos caso a caso. -----

A Sr<sup>a</sup> Presidente interveio, agradecendo aos Srs. Vereadores que façam chegar o mais rapidamente possível as propostas em relação a esta matéria, sendo que o ponto, bem como o 31-A, virão à próxima reunião de câmara.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----



Deliberação nº **645**

Deliberado, por unanimidade, retirar o assunto da ordem do dia. -----




1. Assunto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 375/13, de 29/05, do DGAFJ/DRH, para aprovação do envio à assembleia municipal para aprovação da renovação dos prazos para homologação das listas de classificação final, por mais seis meses, dos procedimentos concursais por tempo indeterminado para assistente operacional (Pintor), assistente operacional (Carpinteiro de Limpos), e assistente técnico (Vigilante Rececionista).-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 375/13, de 29/05, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

19

1007

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 099

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 647

1. Assunto: FUNDO DE MANEIO – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 187/13, de 29/05, do DGAFJ/SAD, para aprovação da constituição, face à nova estrutura orgânica e considerando a necessidade de fazer face a pequenas despesas urgentes dos diversos serviços do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, de um fundo de maneiio, o qual ficará à responsabilidade do Diretor do Departamento, Dr. Fernando Paulo Serra Barreiros, no valor total de 400,00€. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 187/13, de 29/05, do DGAFJ/SAD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Presidente, pedindo ao Dr. Rui Galhardo para dar alguma explicação. -----  
O Dr. Rui Galhardo interveio, esclarecendo que se trata da aprovação do fundo de maneiio para o Dr. Fernando Barreiros, que vai substituir o fundo de maneiio que existia para a Drª Paula Ascensão, no âmbito do departamento. -----  
Interveio a Srª Presidente, dizendo que é uma transferência de responsável do fundo de maneiio. -----  
A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo têm algumas dúvidas, nomeadamente quando olham para os documentos, que devem ter alguma justificação técnica, que não conseguem atingir. -----  
Como primeira questão, nas propostas de cabimento os valores não coincidem com



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 100

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

as rubricas que estão elencadas na comunicação interna, não sabendo se o Dr. Rui Galhardo poderá explicar. -----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, explicando que o valor cabimentado, e não estando a fazer contas, será o valor do fundo de maneiço, que é mensal, multiplicado pelo número de meses que estará ativo até ao final do ano, sendo repostado em dezembro. Depois, em janeiro, todos os fundos de maneiço serão aprovados em conjunto. Assim, este fundo de maneiço terá o valor cabimentado de 400,00€ por mês x 12 meses, o que resulta em 4 800,00€.-----

A Srª Presidente interveio, referindo, em relação ao documento da cabimentação, ao documento final, que o total das rubricas mensais é de 400,00€. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que o que dificulta um pouco é que o que está na proposta de cabimento não está depois exatamente igual na distribuição rubrica a rubrica, em termos de denominação.-----

Interveio a Srª Presidente, questionando se o Dr. Rui Galhardo entendeu bem qual a questão da Srª Vereadora. Há de haver uma lógica, e por isso coloca uma questão. Na rubrica "comunicações" são 40,00€x12 meses, o que resulta em 480,00€, mas nas comunicações aparecem 280,00€.-----

Interveio o Dr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, esclarecendo que é porque o fundo só vai até ao final do ano, e já não são 12 meses, tendo a Srª Presidente dito que é isso, são 7 meses, é só de junho a dezembro. -----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, dizendo que 40,00€x7 dá 280,00€, para o caso do material de limpeza, por exemplo.-----

O Dr. Fernando Barreiros interveio, referindo que em relação ao valor de 400,00€, as rubricas são discriminadas, e o valor é sempre mensal. Chegando ao fim do mês, fazem-se contas e o valor volta a ser repostado. Quanto ao cabimento, não é pelo valor global dos 12 meses, mas só na proporção dos meses que faltam até ao final do ano. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que esclarecida essa questão, uma outra é se este fundo de maneiço dos 400,00€ é todo gasto em cada mês, se sobra, ou se falta. Como é dito que é nos moldes do fundo atribuído à então diretora do DAG, ou seja, 400,00€ mensais, normalmente estes 400,00€ mensais são totalmente consumidos? -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 101

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Respondeu a Srª Presidente que só se apresentam contas quando o fundo está vazio, sendo que os 400,00€ podem durar para um ano inteiro. Portanto, a 15 de dezembro apresentam-se as contas do fundo, com as sobras que houver. Caso ao longo do ano se esgote, apresentam-se contas, para ser repostos.-----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, esclarecendo que o limite máximo mensal são os 400,00€, e se esses 400,00€ não forem gastos, no mês seguinte o limite continua a ser os 400,00€, e aqueles 400,00€ já não vão ser usados, serão estornados. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que o que colocou é se normalmente estes 400,00€ são gastos neste departamento. -----

Respondeu o Dr. Rui Galhardo que depende de cada detentor do fundo, mas normalmente não são gastos. Só saberá fazendo uma estatística sobre a utilização dos 400,00€ ou do montante dos fundos que cada detentor tem, mas normalmente os montantes que estão estimados para os fundos de maneo são os máximos, porque são para acorrer a despesas urgentes e inadiáveis, e na maior parte dos meses até nem são usados.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando uma última questão. Pensa que deve ter sido falta de atenção dos membros da Coligação Novo Rumo, eventualmente, mas leram “nos moldes do fundo atribuído à então diretora do DAG”, pelo que presumem, e também já viram que o diretor do departamento é o Dr. Fernando Barreiros, que a Drª Paula Ascensão já não é diretora do DAG. Então, em termos de câmara municipal, o que é a Drª Paula Ascensão atualmente? Esclareceu a Srª Presidente que é Notária Privativa da câmara municipal, o que já saiu num despacho. Anteriormente tinha essas funções, mas não tinha esta categoria, sendo que deixou de ser diretora do departamento, a pedido da própria. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes.-----



1. Assunto: 4ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2013-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 34/13, de 30/05, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 4ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos da câmara municipal para 2013.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 34/13, de 30/05, do DGAFJ/DPFCI documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que a sua intervenção se refere a uma questão de pormenor. Na apresentação deste ponto diz-se que a alteração orçamental é de 676 200,00€, no entanto, quando os membros da CDU verificam quais são as rubricas que vão ser modificadas, há uma de 600 000,00€, outra de 46 200,00€, outra de 30 000,00€, tendo também a ideia de que há ainda uma fiscalização do ecoparque da Póvoa, de 43 050,00€, que não deve fazer parte da informação, porque o valor deixava de ser esse e, depois, não tinha reflexo na alteração.-----  
Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que poderá ser uma correção, mas irá verificar. -----  
Interveio de novo o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando que não está lá. Às vezes não consegue ver tudo, mas não lhe pareceu que lá esteja, dando-lhe a ideia de que a informação é que tem aquele item a mais.-----  
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que a sua única questão neste caso prende-se com aquela que também é uma preocupação sua, se já está a

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

efetivar-se a reparação, ou está praticamente terminada a reparação do barco Liberdade.-----

A Srª Presidente interveio, respondendo que não, e que esteve com o Sr. Vereador Vale Antunes esta semana novamente, na segunda-feira, ao fim da tarde, em Sarilhos Grandes, porque o Sr. Vereador foi contactado pelo responsável do estaleiro, para dar conta que o barco tinha um conjunto de patologias muito graves, e que a reparação seria outra coisa completamente distinta, não sendo sequer possível neste momento orçamentar. -----

Lembra que em 2001 a câmara municipal fez um barco novo, mas segundo o responsável do estaleiro, uma das madeiras que foi utilizada não era de boa qualidade, pois quando o próprio lá punha uma chave de fendas, desfazia-se tudo como se fosse contraplacado que tinha estado ensopado em água. Não atinge a zona de água do barco no exterior, mas no interior as cavernas estão danificadas. -- Tendo em consideração que se fez uma reparação de grande dimensão no barco, foram centenas de milhares de euros, que tinha uma garantia de 10 anos, que terminou há escassos 2 anos, salvo erro, e que para além disso há uma pessoa que só faz a manutenção do barco. O que se disse ao responsável do estaleiro foi para neste momento não fazer mais nada, e que se ia pedir uma peritagem ao barco, chamando-se também a empresa que fez a grande reparação, para dar explicações sobre o sucedido. Eventualmente ir-se-á agir judicialmente contra a empresa, sendo que, neste momento, o ponto relativo ao barco está na ordem do dia, pois foi preparado na semana anterior, porque hoje não sabe dizer quanto custa a reparação do barco varino. Inclusivamente, por exemplo, o encaixe, quer do leme, quer do mastro, está todo a desfazer-se, o que poderia levar à queda do mastro, provocando sérios acidentes, enquanto a parte do leme, a parte traseira, onde encaixa também, estava toda desfeita, e já tinha sido feita agora nova. -----

Está-se ali com uma situação deveras complicada. Ontem mandou recolher o processo da reparação, chegou hoje à sua secretária, amanhã vai entrar em contacto com a empresa, que espera ainda exista, e trará a informação à reunião de câmara, para se tomar uma decisão. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que a utilização de maus materiais numa reparação naval é mais perigosa do que nenhuma reparação. -----


Retomou a palavra a Srª Presidente, dizendo ainda que é preciso perceber que o barco varino é pintado, com tintas de cores, bem como flores, que vai com regularidade à limpeza, e só no momento em que se tira toda a pintura, que se descasca, é que se percebem outras coisas, como por exemplo que nalguns sítios não era feito de tábuas corridas, era de bocados de tábuas, pelo que há zonas, se for na linha de água, que são perigosas.-----

Vai-se agora desenvolver este processo, sendo esta a situação, que é de anteontem, segunda-feira. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, agradecendo a informação, que não tinha, sendo que também é uma preocupação dos membros da Coligação Novo Rumo.-----

Em resposta ao Sr. Vereador Bernardino Lima interveio o Dr. Rui Galhardo, dizendo, no que diz respeito à fiscalização, que tem reflexos apenas no plano plurianual de investimentos, precisamente porque a rubrica, quer económica, quer orgânica, portanto a classificação orçamental, é exatamente a mesma que foi usada, quer na anulação, quer no reforço para os 43 050,00€, o que significa que não tem reflexo orçamental, em termos económicos. Assim, o mapa da parte exclusivamente orçamental não tem essa componente.-----

Esclareceu ainda a Srª Presidente que a manutenção é feita sempre em Sarilhos Grandes. O barco foi reparado em Aveiro, teve de ir cortado ao meio, e foi em mais do que um camião, pelo que não tem condições para ir para lá, a menos que se ponha no oceano para subir.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que o sentido de voto dos membros da Coligação Novo Rumo, tendo em conta todas as fundamentações que já apresentaram, é de abstenção. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----


1. Assunto: FORNECIMENTO DE GÁS PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO – REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR E APROVAÇÃO DO INÍCIO DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO POR CRITÉRIO MATERIAL, PEÇAS CONCURSAIS E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 194/13, de 28/05, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da revogação da decisão de contratar e do relatório final do concurso público com publicação internacional, bem como autorização do início do procedimento de ajuste direto por critério material, aprovação das peças concursais, nomeadamente o caderno de encargos e convite, e da constituição do júri. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 194/13, de 28/05, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, solicitando informação se as empresas GALP Power e EDP Comercial são empresas com capacidade para fornecer gás para as piscinas municipais. -----  
Na opinião dos membros da CDU, e da leitura que fizeram em relação a essas empresas, não lhes parece que possam corresponder à solicitação de convite prévio por critério. -----  
Interveio o Dr. Rui Galhardo, dizendo julgar que as 3 empresas apresentaram proposta, e quanto à EDP Comercial tem a certeza, pelo que, se apresentou proposta, apesar de estar acima do preço base, e por esse motivo ter sido excluída, daí o concurso ter ficado deserto, mostrou credenciais para poder





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 106

Reunião de 2013/06/05

Procº 01/13 APRV.CP.CJ

Deliberação nº \_\_\_\_\_

fornecer o gás às piscinas municipais. Não vê qualquer razão para agora, no ajuste direto por critério material, não convidar as mesmas empresas que apresentaram proposta, e que foram excluídas porque o preço que apresentaram, no mercado atual, que é um mercado muito volátil, ficou acima do preço que foi estabelecido. --

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 107

Reunião de 2013/06/05

Procº 02/13 APRV.CP.CJ.

Deliberação nº 650

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO – MINUTA DO CONTRATO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 206/13, de 31/05, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da minuta do contrato para aquisição de serviços de energia elétrica para as instalações alimentadas em média e baixa tensão especial do município, adjudicado à EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA, pelo valor de 558 628,22€.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 206/13, de 31/05, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 108

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_


Deliberação nº 651

1. Assunto: REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 98/13, de 30/05, do DGAFJ/DPFCO/SPA, para aprovação da reprogramação financeira da contratação de seguros para o município de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 98/13, de 30/05, do DGAFJ/DPFCO/SPA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA



1. Assunto: COLETE ENCARNADO 2013 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 136/13, de 24/05, do DEC/DCTPM/TURISMO, para aprovação da constituição de um fundo de maneio, no valor total de 8 825,00€, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis no decorrer da festa do Colete Encarnado 2013, o qual ficará à responsabilidade da técnica superior, Drª Maria João Carraça.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 136/13, de 24/05, do DEC/DCTPM/TURISMO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 102/13, de 03/04, do DCTAE/DPM, para aprovação da proposta da constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, bem como dos respetivos estatutos, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 102/13, de 03/04, do DCTAE/DPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo, no seguimento daquilo que já fez sentir em outras reuniões, que se congratula por finalmente vir este contrato para a formação de uma associação da Rota Histórica das Linhas de Torres no conjunto, com os seu fundadores, que são evidentemente os 6 municípios que faziam parte da PILT – Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres, acrescentando que será provavelmente um dos primeiros candidatos a associar-se. Gostaria apenas de fazer uma pequenina “achega”, ou seja, enquanto esteve envolvido com a plataforma, e foi durante algum tempo, sentiu muitas vezes, da parte dos visitantes estrangeiros, e estranhamente também franceses, a vontade de participarem mais ativamente, e isso seria bom. -----  
Não sabe se poderá ser por omissão, ou se não terá nenhum problema na condição de admissão, de poderem ser nacionais e estrangeiros, porque tanto portugueses, como ingleses ou franceses, mostraram interesse. Contudo, isso poderá ser

considerado na alteração até dos próprios estatutos, e poderem fazer parte desta associação, que pensa será um êxito muito grande, desde que autonomamente consiga funcionar, e não caiba, a não ser nos pareceres técnicos, às câmaras municipais, terem de estar a sustentar aquilo que tem de ser sustentável. -----

Ao longo destes anos houve alguns encontros com associações parecidas, tal e qual como as das muralhas de Adriano, em Inglaterra, que são perfeitamente sustentáveis, porque não criaram superestruturas em termos físicos que depois são insustentáveis. É uma situação que as câmaras municipais vão ter com certeza de controlar, para que aquilo, “à portuguesa”, de repente não cresça exponencialmente. -----

Congratula-se, porque finalmente aparece, e vai-se poder ter uma associação em que estas 6 câmaras municipais são sócias fundadoras, de um bem que é, sem sombra de dúvidas, também, e já, um património mundial. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que espera, efetivamente, que os constrangimentos de outras áreas não venham a afetar também esta, dando ainda conta de uma coisa que considera muito importante, porque também faz bem, ou seja, para quem liga diariamente com dificuldades, ver reconhecido o seu trabalho é deveras importante. -----

Assim, a propósito da questão do Monte dos Castelinhos, foi recebido da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa um ofício, que leu de seguida: -----

“Os trabalhos de campo e de gabinete que a equipa de arqueologia do município tem vindo a desenvolver na área do concelho de Vila Franca de Xira, permitiram reconhecer uma ocupação da Idade do Ferro, de características orientalizantes, relacionada com a colonização fenícia ocidental. Os dados recolhidos pelos Drs. João Pimenta e Henrique Mendes, muito especialmente na escavação que realizaram em Santa Sofia, revelaram-se de grande importância para o estudo de fenómenos realizados com o contacto intercultural, que resultou do processo colonial que teve lugar no início do primeiro milénio, e que foi protagonizado por comunidades com origem no Próximo Oriente”. -----

Referiu que esta situação tem a ver com a exposição que se teve patente no museu municipal, dos 3 000 anos, prosseguindo com a leitura do ofício. -----

“O ineditismo da situação para o médio estuário do Tejo, e a relevância dos dados



disponibilizados pelo trabalho dos técnicos autárquicos, também consubstanciados em iniciativas como a exposição que se encontrou patente o ano passado no museu municipal, assim como do ciclo de conferências “Vila Franca de Xira há 3 000 anos”, o Tejo, palco de interação entre indígenas e fenícios, conduziram à elaboração de um projeto de investigação para o qual solicitou financiamento à Fundação para a Ciência e Tecnologia, no quadro do concurso “Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos, 2012”. -----

Tenho o prazer de comunicar a V. Exª que o referido projeto foi “Recommended for Funding” (para ser apoiado), tendo obtido a classificação de “outstanding” e merecido o seguinte comentário por parte do painel de avaliação: o interesse científico das descobertas e dos trabalhos desenvolvidos são de grande importância, salientando-se a eficiência do trabalho desenvolvido por uma equipa tão pequena. -----

O trabalho que se pretende desenvolver no âmbito deste projeto do centro de arqueologia da Universidade de Lisboa, mais especificamente no grupo de trabalho que dirijo “Interações dinâmicas durante a Idade do Ferro e a época romana, no centro e sul de Portugal”, e que desejamos concretizar em estreita colaboração com a equipa de arqueólogos do museu municipal, implica, entre outras iniciativas, uma extensa escavação na Quinta da Marquesa II, e o respetivo estudo dos materiais aí encontrados. -----

Certa que terá toda a colaboração (...)”.-----

Prosseguiu a Srª Presidentê, referindo que às vezes se passa um bocadinho ao lado destas coisas, mas elas são a história de Portugal, e passam muito pelo concelho de Vila Franca de Xira, o que considera que deve a todos deixar muito satisfeitos, e ao mesmo tempo também cabe um reconhecimento público, mais uma vez, pelo trabalho feito por uma equipa tão pequena, onde estes dois arqueólogos se destacam, com todo o empenho e dedicação, que, no caso concreto da Castanheira do Ribatejo, o Sr. Presidente da junta bem conhece.-----

A exposição do Monte dos Castelinhos encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia, que fica na continuação do Mosteiro dos Jerónimos, tem tido imenso sucesso, visitas de universidades, estudiosos, investigadores nacionais e



A

han

estrangeiros, e é Vila Franca de Xira que lá está, porque começa logo a estar na parede exterior do próprio Museu Nacional de Arqueologia. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU se congratulam por esta saudação que a Faculdade de Letras enviou, e que é de facto um trabalho meritório. -----

Não teve ainda oportunidade de visitar a exposição do Monte dos Castelinhos, no Mosteiro dos Jerónimos, e crê que ela deve ter ocupado o espaço da exposição da Quinta do Rouxinol que estava lá, do município do Seixal, e que também era uma exposição muito interessante da época romana. -----

Terminou, deixando uma sugestão, ou seja, no início do ano letivo, em setembro, a câmara municipal deveria fazer chegar esta informação junto das escolas, e até proporcionar algumas visitas de estudo ao Mosteiro dos Jerónimos, para que as crianças e jovens do concelho possam ter noção da riqueza patrimonial dele. -----

Enquanto professora fez algumas visitas de estudo a este museu, e também por algum orgulho levava sempre os meninos à zona do sarcófago, que foi encontrado na freguesia da Castanheira do Ribatejo, e dizia-lhes sempre que era um bocado da história do concelho e também do país. -----

Interrompeu a Srª Presidente, acrescentando que é o sarcófago mais importante. ---

Prosseguiu a Srª Vereadora, dizendo que de facto é muito bonito. -----

O Sr. Vereador João de Carvalho tomou a palavra, mencionando que só tem pena é de não se poder apressar aquilo que ali está latente, bem como de não se conseguir, pelas legislações que hoje regem as escolas e agrupamentos, levar os alunos a mexer na terra, quando é para retirar coisas de lá, porque cria outro entusiasmo aos miúdos mais pequenos. -----

É preciso ter seguros e tudo o mais, são tudo dificuldades, e não se lembra dessa dificuldade aos 15 anos, quando ia para Conimbriga escavar. Hoje não se pode fazer nada disso, os miúdos ficam privados de poderem lidar diretamente, e isso é que é aflitivo hoje no ensino. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO,  
EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 116

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 654

1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DA 1ª FASE DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA FÉRIAS DESPORTIVAS DE VERÃO 2013 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 269/13, de 27/05, do DASDEDS/DDE, para aprovação da atribuição da 1ª fase de subsídios, a atribuir às coletividades/entidades promotoras das atividades, no valor de 4 437,50€, no âmbito do Programa Férias Desportivas de Verão 2013. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 269/13, de 27/05, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: HORTAS URBANAS DO BAIRRO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ALVERQUENSE – PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 227/13, de 16/05, do DASDEDS/DASEP, para aprovação da minuta de protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, e respetivas normas de utilização, para implementação de hortas urbanas no bairro da Associação de Moradores Alverquense. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 227/13, de 16/05, do DASDEDS/DASEP, minuta do protocolo e normas de utilização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: ADENDA AO PROTOCOLO – APOIO MUNICIPAL AO PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES DO 25º ANIVERSÁRIO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 91/13, de 29/05, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação da minuta da adenda ao protocolo celebrado com a Associação Coral Ares Novos, para apoio municipal ao programa das comemorações do 25º aniversário da associação, relativa à cedência de salas no palácio da Quinta Municipal do Sobralinho, nos dias 15 e 16 de junho. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 91/13, de 29/05, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

lm

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 119

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 657

1. Assunto: PROGRAMA DAS FÉRIAS JOVENS – PROPOSTA PARA 2013 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 115/13, de 22/05, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação das normas de acesso ao Programa de Ocupação de Jovens de Curta Duração, bem como da minuta do protocolo de gestão a celebrar com a Associação de Jovens “Caminhar com Rumo...”, no âmbito do programa das Férias Jovens.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 115/13, de 22/05, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano 04/20/02/001D---- Orçam.08/04/.07.01 -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, colocando uma questão que respeita às vagas que a câmara municipal reserva, no sentido de perceber como é feita a triagem, porque não sabe se serão suficientes as 5 vagas que são reservadas para jovens residentes no concelho ou filhos de trabalhadores da câmara municipal e SMAS. Não sabe se a procura é excessiva, mas se for, questiona se não haveria uma forma de dar também este privilégio aos trabalhadores da câmara municipal, resguardando mais vagas, não fazendo ideia se são ou não suficientes. -----  
Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira irá averiguar com os serviços, para posteriormente responder. -----  
A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio novamente, perguntando se nas colónias de férias desportivas a câmara municipal tem um acordo com as duas entidades, UPAJE e Campo Jovem, para as de regime aberto e fechado, e se, quanto àquilo que é pago pelas crianças, neste caso pelos adolescentes, não seria mais vantajoso ser a câmara municipal, com os monitores, ou a própria associação



com quem tem o protocolo para o Programa de Ocupação de Jovens, a assumir estas atividades. Pensa que seria um pouco mais barato, para quem depois vai pagar, porque se está a falar de cerca de 180,00€/280,00€ por, no caso, 5 ou 6 dias. Assim, não sabe se não se conseguiria arranjar um melhor preço.-----

A Srª Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira responderá a tudo em conjunto.-----

Posteriormente interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, explicando que a câmara municipal não faz seleção, porque o que está previsto é que na colónia de férias estão sempre reservados 5 lugares, mas não significa que sejam só 5. Podendo haver mais inscrições do lado do concelho, eles podem à mesma ser integrados, têm é aquela pré-reserva para o concelho de Vila Franca de Xira, com aquele desconto.-----

O facto de se incluírem os filhos dos trabalhadores é só para acautelar a questão de alguns desses filhos, ou dos trabalhadores propriamente ditos, não serem residentes em Vila Franca de Xira. Assim, é para os jovens de Vila Franca de Xira, ou para filhos de trabalhadores, mesmo que não residentes em Vila Franca de Xira. Quanto à outra questão, se chega ou não, pela indicação dada em princípio chega, uma vez que há todas as outras opções de férias e, neste momento, há também um conjunto de associações e instituições que estão a fazer férias, de outra natureza. Desta forma, em princípio, o “plafond” dá perfeitamente.-----

Relativamente à última questão, o facto de não ser a câmara municipal a desenvolver as colónias de férias com toda a logística, é exatamente por questões de custos. Assim, nesta questão das colónias propriamente ditas, a câmara municipal não tem custos diretos com este processo, da outra forma teria, e são associações certificadas, com todas as licenças para o desenvolvimento destas colónias de férias, nomeadamente as fechadas, o que hoje em dia é preciso, não tendo a câmara municipal essa natureza.-----

Desta forma é mais simples, mais fácil e barato para o município desenvolver as coisas desta forma. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

CAPÍTULO: EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 122

Reunião de 2013/06/05

Procº 3/13 GENERI/CM

Deliberação nº 658

1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – EXECUÇÃO DE 3 CAIS DE PESCA PARA OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA – REVOGAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA E NOMEAÇÃO DO NOVO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 196/13, de 28/05, da EMRU, para aprovação da revogação da deliberação de câmara de 2013/05/08, referente à nomeação da Engª Cristina Monteiro como coordenadora de segurança em obra da empreitada de execução de 3 cais de pesca para os avieiros da Póvoa de Santa Iria, e nomeação da Engª Filipa Cardoso do Rio Pedro de Figueiredo Marques, da PMT – Engenharia e Consultadoria, Lda, para a função de coordenadora de segurança em obra da referida empreitada, bem como determinação da emissão de declaração de nomeação da coordenadora de segurança em obra da PMT – Engenharia e Consultadoria, Lda, acompanhada de declaração de aceitação subscrita pela coordenadora de segurança, em conformidade com o regime do Decreto-lei nº 273/2003, de 29 de outubro. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 196/13, de 28/05, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **123**

Reunião de 2013/06/05

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL





1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLO DA QUALIDADE, COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E GESTÃO AMBIENTAL DA EMPREITADA DO ACESSO RODOVIÁRIO AO NOVO HOSPITAL VILA FRANCA DE XIRA PARA O MÊS DE JUNHO DE 2013-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 11/13, de 30/05, do DGUPRU/GAT-Área de Gestão, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à aquisição de serviços, por ajuste direto, referente à prestação de serviços de fiscalização, controlo da qualidade, coordenação de segurança e gestão ambiental da empreitada do acesso rodoviário ao Novo Hospital Vila Franca de Xira, para o mês de junho de 2013, aplicando-se a redução remuneratória, nos termos da lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 11/13, de 30/05, do DGUPRU/GAT-Área de Gestão, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU votam contra.-----  
A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, referindo que a sua bancada vota a favor, mas tem uma questão a colocar. -----  
A necessidade da prestação de serviços, que está expressa nos documentos dos serviços, para o mês de junho de 2013, teve a ver com o atraso na conclusão dos trabalhos, sendo que a Coligação Novo Rumo tem debatido, ao longo destas reuniões, estas várias prorrogações e atrasos. Neste momento a situação cifra-se já num custo direto quantificado, pelo menos quanto a esta parte, em cerca de



7 000,00€, e perguntam se a câmara municipal está a pensar imputar esta responsabilidade a alguém, e que garantias existem para que esta obra termine, efetivamente, no mês de junho de 2013.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, explicando que a câmara municipal tem que ser ressarcida destes custos, estando-se perante um processo complicado, e neste momento o que é exigível é que a obra seja fechada. Para ser encerrada tem que se ter fiscalização, para validar as vistorias e os autos que ainda faltam fazer, e verificar ainda os trabalhos por terminar, pois existem alguns, poucos, por realizar. Esta questão é absolutamente decisiva, para que todos os documentos que venham a reunião de câmara tenham a validação de quem têm que ter, que é precisamente a fiscalização, e como o contrato com a fiscalização cessou, é necessário prolongá-lo, sendo isso que está expresso nos documentos. -----

Naturalmente que há matérias que a câmara municipal vai ter que fechar e dirimir noutra sede, como a reclamação da empresa de trabalhos a mais e outras questões, que se vão ter de analisar noutro momento, e o que importa, a seu ver, é que a empresa faça alguns dos trabalhos que ainda faltam fazer, que são necessários. -----

Continua a haver grandes dificuldades da empresa e a haver uma pressão muito grande para que os autos sejam pagos com urgência, mas naturalmente que há autos, e trabalhos que estão propostos para serem pagos, que a fiscalização não aceita, nem tão pouco os técnicos que seguem a obra aceitam. -----

Assim, esta questão da fiscalização é absolutamente decisiva para fechar o processo, e julga que se vai ter que fechar independentemente do trabalho que falta, pois não haverá outra forma de resolver esta questão. A empresa continua com problemas, chegam à câmara municipal penhoras com alguma regularidade, as garantias bancárias que se têm e o valor que se tem dá para cobrir as questões das penhoras, que têm prioridade nos pagamentos, e desta forma a autarquia está perante uma situação de alguma dificuldade, que aliás é a história deste processo.-

A fiscalização é absolutamente decisiva para que a câmara municipal encerre o processo, e julga que a questão mais correta neste momento é fechar a obra e eventualmente alguns trabalhos que sejam necessários resolver terem de ser à custa de empreitadas, uma vez que já se está a falar numa situação bastante



Fl. Ata 126

Reunião de 2013/06/05

Procº 25/11GENERI/CM

Deliberação nº

residual,-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 127

Reunião de 2013/06/05

Procº 32/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 660

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DO ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS - PÓVOA DE SANTA IRIA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 466/13, de 14/05, do DOVSM/DGE, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada do ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria, aplicando-se a redução remuneratória, nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 466/13, de 14/05, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU votam contra.-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO – ANO 2013 -----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 554/13, de 29/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços para técnico responsável pela exploração das instalações de utilização de energia elétrica do município – Ano 2013, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.  
-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 554/13, de 29/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano----- Orçam.-----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2013/06/05

Deliberação nº

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que o ponto foi retirado da ordem do dia, pelas razões que explicou, a propósito da alteração ao orçamento.-----





1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA FISCAL – COMPROMISSO PLURIANUAL.-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 173/13, de 16/05, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de consultoria fiscal, tendo em vista garantir o correto e eficiente tratamento do IVA, das operações em que intervém o município, não se aplicando a redução remuneratória, nos termos da lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 173/13, de 16/05, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que na última reunião de câmara já este assunto foi colocado, julga até que pelo Sr. Vereador Bernardino Lima, que colocou a questão da remuneração à firma a quem for adjudicado este serviço, e sobre aquilo que era recuperado, através de um pagamento, em termos do IVA. -----  
Assim, a sua pergunta é se já está acordado qualquer esquema de pagamento.-----  
Respondeu a Srª Presidente que já está acordado, e aliás faltava um documento, que era a comunicação do Dr. Rui Galhardo, que está agora apenas à documentação do ponto, que foi retirado porque não era compreensível o que lá estava escrito, face àquilo que na realidade era. -----  
Assim, solicita ao Dr. Rui Galhardo que explique, de uma forma clara e sucinta. -----  
Interveio o Dr. Rui Galhardo, mencionando que aquilo que a sua informação diz é que existem empresas no mercado que estão dispostas a empregar os seus recursos para apurarem se existem potenciais ganhos para o município da



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 131

Reunião de 2013/06/05

Procº 23/13 APRV.AD.RG

Deliberação nº \_\_\_\_\_

otimização de procedimentos para obter ganhos em relação ao IVA, quer ao nível da dedução, quer da liquidação, e que depois cobram uma parte desse montante, que foi recuperado para o município, o que significa que se não encontrarem nada, se a otimização for zero, recebem zero, e se a otimização for 100, receberão a percentagem que colocarem na sua proposta, em relação ao caderno de encargos. Significa que a empresa que apresentar essa menor percentagem será a que irá ganhar este procedimento, porque quanto maior for o benefício para o município, menor será aquilo que se tem de pagar a essa empresa.-----

Em termos líquidos, este será sempre um processo de benefício para o município. --  
Interveio novamente o Sr. Vereador Vítor Silva, questionando se pode deduzir que o pagamento desta prestação de serviços é sempre em compensação daquilo que é recuperado. -----

Respondeu o Dr. Rui Galhardo que o que está previsto é, em janeiro de 2014, avaliar qual foi o acréscimo de dedução do IVA, no fundo, o benefício económico que se conseguiu obter durante o ano de 2013, e vai-se pagar percentualmente em relação à percentagem da proposta ganhadora, até 50% do montante. Depois, em janeiro de 2015 volta-se a fazer esse apuramento, e paga-se o restante, se houver montante a pagar, pois se a empresa não descobrir nenhuma otimização ao nível do IVA, não vai receber. -----

O que acontecia até aqui é que todas as empresas que abordavam o município para este tipo de trabalho exigiam um montante à partida, para efetivarem a avaliação do montante que seria recuperável, ou do montante que poderia ser otimizado. Nunca se aceitou isso, porque implicaria uma despesa à cabeça. Considerando que determinadas empresas se predispuseram agora, nesta fase mais recente, a fazer esse trabalho, assumindo esse risco, entendeu-se que o município só tinha a ganhar. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que entre os membros da CDU continua a subsistir a mesma dúvida, passando a ler parte da primeira folha da comunicação interna dos serviços: (...) Município de Vila Franca de Xira, cujo contrato terá o seu início previsivelmente em 2013, mas com impacto financeiro a iniciar em janeiro do ano de 2014 e decorrerá durante 24 meses, indicando para o efeito o preço base de 70 000,00€". Assim, consideram que não há ligação

nenhuma entre o que está escrito e o que foi agora informado à câmara municipal. Interveio novamente o Dr. Rui Galhardo, dizendo que a comunicação que vem anexa, e que também se pode dizer que faz parte integrante da documentação, porque está referida logo no primeiro parágrafo da primeira comunicação interna, é a chamada “expressão da necessidade”, que é no fundo transmitida à divisão que é responsável pelo lançamento do procedimento. Esta “expressão da necessidade” vai depois dar origem ao caderno de encargos, e no caderno de encargos estará toda esta situação, ou seja, no início do procedimento, nas peças concursais, estará lá especificada a forma como o procedimento irá ser desenvolvido. -----

Como se trata apenas do parecer prévio vinculativo da câmara municipal para dar o seu aval ou não ao desenvolvimento deste procedimento, aquilo que se informa na primeira comunicação interna são os requisitos necessários a esse parecer prévio. Portanto, não há o detalhe relativamente ao caderno de encargos. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que tudo isso ficará expresso no próprio contrato que vier a ser celebrado com a entidade que ficar.-----

Prosseguiu o Dr. Rui Galhardo, explicando que só com o início do procedimento é que irá existir um caderno de encargos, um programa do procedimento, que depois dará origem ao contrato, com as cláusulas conforme estão expressas na comunicação interna de “expressão da necessidade”. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU já compreenderam, mas a questão é a forma como se quer atingir esse fim, que pode não ser exatamente aquilo que se oferece melhor para a autarquia. Se se vai cabimentar, vai-se reservar, e são 70 000,00€. Não estão de acordo que se reserve assim “ad hoc” esse montante de valor, porque ele pode ser necessário para outra finalidade. -----

Se à partida se sabe que não vai ser usado, até porque há o compromisso de não ter qualquer tipo de encargo financeiro ou orçamental para a autarquia, não compreendem a forma como se quer fazer este procedimento, ou esta parceria, já que não é um procedimento, é uma parceria, não é uma contratação de serviços.--- Se for uma contratação de serviços, tem um custo, então, qual é o custo? O custo é o valor que está indicado de 70 000,00€, acrescidos de IVA, à taxa legal. Se não

tem custo, então não pode aparecer, e tem que se encontrar uma fórmula, outra, para a regulação e aprovação desta parceria com esta entidade, que não é seguramente desta forma, não estando a CDU de acordo que esta verba fique cativada, porque vai ficar reservada. Assim, questiona se estarão a ver este assunto de forma tão diferente, mas pensa que não. -----

Tomou a palavra o Dr. Rui Galhardo, dizendo que quando se fala em “não existe encargo orçamental para o município é “não existe encargo orçamental líquido para o município”, porque não se pode fazer compensação da despesa com benefício em termos de IVA. O município pode, em determinado mês, ter de pagar IVA, como pode ter de receber, e a questão é que, se tiver de pagar, vai pagar menos IVA, pelo facto do trabalho de consultoria ter desenvolvido um processo de otimização.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que isso não tem nada a ver com a questão colocada, porque é o outro procedimento, é o procedimento normal, e o que se está a falar é que a partir de determinado montante a câmara municipal começa a pagar em função daquilo que recebe. -----

Prosseguiu o Dr. Rui Galhardo, dizendo que isso pode ser em termos de recuperação de IVA efetiva, e pode ser a nível do aumento da dedução do IVA face àquilo que está, e é a mesma coisa. Portanto, não pode ser compensado, sendo que em termos contabilísticos tem que se registar a despesa na mesma. -----

Questionou o Sr. Vereador Nuno Libório se tem ou não à cabeça um custo de 70 000,00€ mais IVA, tendo o Dr. Rui Galhardo respondido que à cabeça não tem. --

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que se não tem, não pode aparecer aqui, e os membros da CDU, desta forma, não podem concordar. Se não tem encargo financeiro, e não tem repercussão no orçamento da câmara municipal, não conseguem compreender.-----

A Srª Presidente interveio, referindo-se a um pormenor, que é o que altera esta conversa. Não se pode abrir nenhum procedimento que tenha eventualmente despesa, sem ter um cabimento dessa eventualidade de despesa. Agora, questiona se este é um custo diferido.-----

Esclareceu o Dr. Rui Galhardo que o valor não está cabimentado este ano, está em compromissos para exercícios futuros, a iniciar em 2014, e nem sequer há um



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro -----

Fl. Ata 134

Reunião de 2013/06/05

Procº 23/13 APRV.AD.RG

Deliberação nº -----

cabimento este ano. -----

Se a empresa este ano não apurar absolutamente IVA nenhum em benefício para a câmara municipal, nem sequer se tem cabimento, nem se vai ter despesa em 2014. Contudo, tem que se prever sempre um compromisso, ainda que um valor estimado. -----

Não se pode abrir um procedimento sem ter previsão financeira para ele, ainda que seja o teto. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que a sua dúvida, quando os membros da CDU fizeram a apreciação deste documento, é a da empresa só ganhar pelo IVA que conseguir recuperar, que é aquele que enquanto autarquia se pensava que não se conseguia fazer. A câmara municipal todos os meses faz recuperação de IVA, o que é perfeitamente normal, e há de vir uma empresa externa que, relativamente ao IVA que não se recupera, ou que a autarquia estava convicta que não tinha direito a ele, vai tentar recuperá-lo, porque só assim é que a empresa vai ganhar. -----

Desta forma, pode-se ter uma empresa que vai tentar recuperar IVA a que a câmara municipal não tem direito, por forma a conseguir, no final do mês, ter rendimentos para ela. A responsabilidade é da câmara municipal, de todo o IVA que for recuperado, e como sujeito passivo, como contribuinte, é a responsável final de todo o IVA que for recuperado, com ou sem direito a ele. -----

Esta é a sua única dúvida, se na realidade a câmara municipal está a proceder ao caminho correto, porque se os serviços fazem a recuperação do IVA que é possível fazer, se pudessem fazer alguma coisa que neste momento não é possível recuperar, não era preciso nenhuma empresa externa, os próprios serviços faziam isso. -----

Assim, vê muito mal a existência desta empresa, a vir fazer coisas que já se decidiu que não era possível fazer, e é esta a sua dúvida. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que poderia compreender essa dúvida se não reconhecesse ao Sr. Vereador alguma competência na área do tratamento dos números. Portanto, a essa competência que lhe reconhece está com certeza associado o conhecimento de alguns nomes, e quando a própria fala em Deloitte, FSO e KPMG, o Sr. Vereador com certeza não vai dizer que são empresas de "vão



de escada”, que andam aí a “sacar” dinheiro de forma ilegal aos municípios, e a “meter” os municípios em “sarilhos”.-----

O Sr. Vereador não diz isto de certeza, e os nomes estão na informação dos serviços, sendo que poderiam estar nomes que não são reconhecidos a nível nacional e internacional como grandes consultores da área económica. -----

Depois, também há algo que o Sr. Vereador reconhece seguramente, que se pode pensar que tudo está bem feito no meio em que se está, mas há imensas coisas que até o vício de forma e a continuidade não deixam ver. A rotina e a dispersão dos assuntos não deixam ver, razão pela qual se avançou para a contratação de um revisor de contas, para uma maior segurança, e por isso está-se a avançar também para isto, já que é uma despesa controlada.-----

Agora, o que pergunta ao Dr. Rui Galhardo, até porque há de haver uma garantia do trabalho da empresa, salvaguardada no contrato, e aí não tem essa preocupação, porque pelo nível são empresas com advogados absolutamente competentes, economistas, fiscalistas e outros, é: é possível a questão da despesa só se colocar num momento real, em que ultrapassa a verba base do acordo? -----

Pensa que é possível, e não obriga a uma cabimentação, é uma informação que consta, e que no momento em que se coloca, ou se atinge, aí obriga à cabimentação. -----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, dizendo que precisamente por isso é que não há cabimento no ano de 2013. -----

Interrompeu a Srª Presidente, para referir que também pode não haver em 2014, e é no momento em que for. -----

Prosseguiu o Dr. Rui Galhardo, mencionando que se tem sempre que cabimentar o montante estimado. -----

Em relação ao passado, está-se a falar de especialistas na área fiscal. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o que o Sr. Vereador Nuno Libório falou é que era cabimento. Da conversa deduzia-se que haveria cabimento, e o que a própria está a falar agora é em não haver cabimento, colocando-se a questão do cabimento no momento em que se atingirem os 70 000,00€, e portanto é necessário garantir um pagamento à frente. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a sua questão é a da fórmula,



de se ter de compensar ou pagar à empresa.-----

O Sr. Vereador Vale Antunes interveio, referindo-se às palavras do Sr. Vereador Bernardino Lima, porque são perigosas quando são ditas assim, de que a câmara municipal, nestas circunstâncias, pode estar, através dessa empresa (e a Srª Presidente já falou na questão das empresas que fazem parte das chamadas “big five”, instituídas a nível mundial como empresas credíveis), a incorrer em deduções de IVA a que não teria direito, criando um problema acrescido, e pensa que essa questão não deve ser colocada dessa maneira. É a sua opinião, embora respeitando, naturalmente, pois não faz mais do que é a sua obrigação. -----

Acompanhou um pouco o princípio desta abordagem interna, que já tem 2 ou 3 anos, e é exatamente uma alternativa àquilo que seria trazer uma empresa destas, paga por um determinado valor, que definia o tipo de IVA e de situações que eram passíveis de dedução. A empresa cobrava, por exemplo, 20 000,00€, e ia embora, parando ali a prestação de serviços. -----

Neste caso é algo diferente. A empresa está disponível para cobrar zero se não conseguir reaver IVA para além daquilo que é hoje a rotina da câmara municipal, ou cobrar uma percentagem que o caderno de encargos venha a definir, se a autarquia, legalmente, vier a reaver IVA no montante de 10, por exemplo. O caderno de encargos diz que a empresa, sobre esses 10, pois a câmara municipal nunca os estava legalmente a reaver, vai cobrar 5, 10 ou 20%, e esta é uma gestão ativa, que visa ajudar o que é hoje uma rotina acelerada na autarquia ou noutros quaisquer serviços das autarquias portuguesas, sem pôr em causa nada que não seja a boa gestão. -----

Assim, pretendeu acrescentar esta abordagem um pouco técnica também, sobre este pressuposto que está hoje em cima da mesa. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, abordando dois aspetos. O primeiro é a questão de princípio, e sobre ele era preciso perceber se a questão se coloca sob o ponto de vista do princípio do tipo de contrato. -----

Este contrato que é presente é, talvez, o que será o futuro de um conjunto alargado de contratos, conhecidos como contratos de “performance”, em que há vantagem para o contraente, que tem um conjunto de gastos, e que pode melhorar a sua prestação. Nessa perspetiva aplica-se a esta área financeira, mas a origem



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro —

Fl. Ata 137

Reunião de 2013/06/05

Procº 23/13 APRV.AD.RG

Deliberação nº \_\_\_\_\_

até foi noutras, nomeadamente na questão dos consumos de energia.-----

Portanto, são contratos de prestação, em que a empresa só vem receber, e é esse o interesse do mercado, se a “performance” que conseguir junto do seu cliente for superior àquela que ele já tinha de “per si”. Esse cliente, no caso os municípios, têm um conjunto tão alargado de competências, que a sua principal função ou pensamento dos serviços de contabilidade e financeiros não é a questão da recuperação do IVA, é o conjunto gigantesco dos milhões de movimentos que fazem, no conjunto de áreas que são muito vastas. -----

Assim, sob o ponto de vista do princípio, estes contratos de “performance” fazem todo o sentido para a administração pública, e para os municípios muito em concreto. -----

Desta forma, pelo menos para a sua bancada, este será um tipo de contrato até a aplicar a outras áreas, com vantagens financeiras para a câmara municipal. -----

Outra questão diferente tem a ver com um detalhe que corresponde à situação que o Sr. Vereador Nuno Libório estava a colocar, e relativamente ao qual acha que valeria a pena o Dr. Rui Galhardo explicar mais uma vez a questão técnica, de se perceber que esse valor está em 2014, não cabimentado, mas reservado, como uma estimativa que permite depois, caso a “performance” venha a ser utilizada, esse pagamento por parte da câmara municipal.-----

Talvez isto deva ser explicado eventualmente de outra maneira, porque essa questão de detalhe, que é técnica, não depende de nenhum pensamento político, nem sobre o fundo do contrato. -----

Interveio a Srª Presidente, questionando qual a posição de voto sobre este ponto.---

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que a CDU se abstém.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo responderam que votam a favor. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



*Handwritten mark*

*Handwritten signature*

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DO CANTOR JOSÉ CID NO ÂMBITO DO EVENTO DA PASSERELLE D'OURO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 198/13, de 29/05, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação do cantor José Cid, no âmbito do evento da Passerelle D'Ouro, não se aplicando a redução remuneratória, nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 198/13, de 29/05, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU acharam um bocadinho caricato terem hoje para aprovar um parecer prévio vinculativo da contratação do cantor José Cid, em relação ao qual a própria não tem nada contra, nem a favor, mas é um grande cantor da nossa praça, quando já está no programa. Então, se se decidir que não se aprova o parecer prévio vinculativo, como é?-----  
Considera, até por uma questão de respeito para com os eleitos da câmara municipal, que convinha antes perceber se aprovam ou não, e depois pôr no cartaz. Se fosse uma coisa assim tão urgente, e compreendem que possa ter sido, fazia-se como se faz com vários pontos, telefonava-se para cada uma das bancadas e pedia-se autorização para o ponto ser presente para ratificação, pois é um bocadinho desrespeitoso, para com este órgão, aquilo que aconteceu. -----  
A Srª Presidente interveio, dizendo que faz das palavras da Sr. Vereadora Ana Lúcia Cardoso as suas, e que era muito fácil antever essa situação quando hoje viu o


cartaz. Portanto, já fez esse caminho todo, tendo havido ali um afã, nas múltiplas tarefas que as pessoas têm para fazer, passando de um serviço para o outro a informação que se podia avançar, e não se pensou que se tinha submetido a reunião de câmara isto mesmo para parecer prévio vinculativo.-----

Desta forma, pede desculpa aos Srs. Vereadores, dando toda a razão à CDU. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, secundando um pouco as palavras da Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, tendo o próprio sido confrontado com a situação há 2 dias.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que se este parecer tivesse vindo atempadamente, eventualmente poderia ter-se decidido por outro dia. Neste dia é o final do ano letivo, as crianças e os pais estarão nas festas das várias escolas e, como se sabe, a Passerelle D'Ouro é muito querida das crianças, que até vão passar os modelos, ou dos pais, que vão verificar, e por isso, com todo o respeito, na sua opinião o dia foi mal escolhido, porque é sabido que é o final de ano escolar, e fazem-se as várias festas nas várias escolas do concelho. --

Interveio a Srª Presidente, perguntando à Drª Ana Carla Costa se não se teve em consideração este aspeto, na medida até que se teve de resolver um problema com o CBEI.-----

Interveio a Drª Ana Carla Costa, explicando que, de facto, essa questão foi tida em consideração, mas tiveram que se fazer alguns ajustes no calendário, e foi definido o dia 14 como sendo o melhor possível, sendo que há algumas questões, como já foram referidas, do agendamento das festas das escolas.-----

A Srª Presidente interveio, acrescentando que antes o CBEI faz o mercado medieval, ocupa a praça de touros, e não podia ser. Na semana a seguir faz o final do ano, e ocupa a praça de touros, tendo a questão a ver com o conflito da utilização da praça de touros. Depois, a seguir, já se está no conjunto das festas da Semana da Cultura Tauromáquica e do Colete Encarnado, e tudo o mais.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador João de Carvalho, sugerindo que se poderia ter apontado para o dia 15, no sábado. Ter-se-ia adiado um dia, e salvaguardado tudo isto. Percebe que está feito, mas por um dia tinham-se evitado todos estes conflitos.-----

Interveio a Srª Presidente, pedindo à Drª Ana Carla Costa para ter estas coisas em



Fl. Ata 140

Reunião de 2013/06/05

Procº 36/13 APRV.AD.RG

Deliberação nº

consideração.-----

Aproveitou ainda para dar uma informação, de que vai ser uma grande festa também na altura do Colete Encarnado. O ano passado esteve em Vila Franca de Xira a TVI, quando foi do Colete Encarnado, este ano vai-se ter no sábado a RTP, com o programa "Aqui Portugal", e no dia 7 vai-se ter a SIC, com o programa "Portugal em Festa". Portanto, em termos de promoção do concelho, vai ser efetivamente uma grande oportunidade, e não custa dinheiro.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Sr<sup>a</sup> Presidente.-----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDIOVISUAIS PARA A ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO DO PALCO DA PASSERELLE D'OURO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 202/13, de 30/05, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de audiovisuais para a iluminação e sonorização do palco da Passerelle D'Ouro, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 202/13, de 30/05, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 142

Reunião de 2013/06/05

Procº 3/13 GENERI/CM

Deliberação nº 665

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – PARQUE URBANO DA PÓVOA DE SANTA IRIA - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA DRAGAGEM E LIMPEZA DA ZONA RIBEIRINHA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 183/13, de 24/05, da EMRU, para aprovação da emissão do parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços para dragagem e limpeza da zona ribeirinha, no âmbito do Polis XXI – Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira – Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 183/13, de 24/05, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 143

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 668

1. Assunto: PROGRAMA PROHABITA – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE FRAÇÕES EM EDIFÍCIOS – BAIRRO MUNICIPAL DA CEVADEIRA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – CÁLCULO DEFINITIVO DA REVISÃO DE PREÇOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1012/13, de 31/05, do DASDEDS/DDS, para aprovação do cálculo definitivo da revisão de preços, no valor de 7 180,16€ + 6% de IVA, referente à empreitada de reabilitação de frações em edifícios do Bairro Municipal da Cevadeira, na Castanheira do Ribatejo, no âmbito do Programa Prohabita, adjudicada à Urbieng – Engenharia, Construções e Consultadoria, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1012/13, de 31/05, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos. -----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 209/13, de 04/06, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação do relatório final, da minuta do contrato, bem como a autorização da adjudicação para a contratação de serviços para certificação legal das contas do município, e remessa à assembleia municipal para aprovação da nomeação do auditor externo.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 209/13, de 04/06, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Pelas 18h05, após a discussão e votação dos pontos da ordem do dia, a Srª Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos pontos que ficaram para discussão no final da reunião, concretamente os pontos 11, 12, 14 e 15. -----



**CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**


Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

RIO GRANDE DA PIPA – VALA DO CARREGADO - CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

Interveio o munícipe, Sr. José de Matos Paulo, dizendo que, como morador da Vala do Carregado, gostava de saber em que fase estão as obras do rio Grande da Pipa. Pensa que já se iniciaram, pois já lá viu 2 pessoas a cortar canas. Depois, gostaria de saber se a filosofia do projeto vai ser a mesma, ou se foi alterada, uma vez que na primeira fase da obra o que foi feito foi um desastre.-----

Todos sabem isso, foi tudo por água abaixo, e não houve uma situação de catástrofe porque os caudais e as velocidades baixaram, e o Tejo começou a subir. Mora lá ao pé, e se não fosse isso a Vala do Carregado teria sido inundada com uma altura razoável de água, porque a manta que lá foi posta estava a enrolar, e se ela se fica na transversal, aquilo era uma barragem autêntica.-----

Quando se fez o projeto de certeza absoluta que foram desprezados elementos altamente importantes, que são os caudais e as velocidades envolvidas num pico de cheia, sendo que quando há cheia ainda não viu ninguém aparecer, a medir as velocidades e caudais. Assim, o projetista não tem a noção do que se passa ali num pico de cheia, e gostaria que ficasse concluído como deve de ser, porque mora lá, bem como muitos outros, para que os dinheiros que são ali aplicados tenham aproveitamento.-----

O que lá foi feito da primeira vez foi tudo por água abaixo, e a Srª Presidente sabe disso, pensando até que todos os vereadores o saberão.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que já se falou muito hoje sobre o rio Grande da Pipa, de qualquer forma, dará mais duas ou três informações, em primeiro lugar, porque os trabalhos recomeçaram, depois, porque discorda, ou melhor, não concorda nem discorda, porque não é técnico. -----

Quanto à questão dos caudais e das velocidades, são pessoas que trabalham há muitos anos em projetos hidráulicos, e não se atreve a dizer, assim, que aquilo está tudo errado. Até pode estar, mas não se atreve a dizê-lo, e por isso fica-se por aqui, na medida em que o projeto pelo qual a câmara municipal está a desenvolver a obra foi seguido pelo antigo INAG – Instituto da Água, que hoje é APA – Agência Portuguesa do Ambiente. -----

O munícipe tem sido daquelas pessoas que tem acompanhado o processo, e tem



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 148

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

uma ou outra vez falado com o mesmo, pelo que não se sente à vontade para dizer se tem ou não razão. A câmara municipal confia nos projetos, que são falíveis, obviamente, pois já se tem verificado uma ou outra situação em que o projeto não foi analisado convenientemente, o que é verdade, e pode dizer, por experiência própria, pois também esteve envolvido nessa matéria, que não há nenhum projeto 100% seguro, há sempre uma falha qualquer que não se conseguiu verificar. -----

Relativamente às questões de filosofia do projeto, em termos hidráulicos, pensa que foram todas vistas, o que não quer dizer que aquela questão dos colchões REN que saíram do local não esteja correta em termos daquilo que deve ser o tratamento das margens do rio. -----

O munícipe diz que foi tudo por água abaixo, mas agora tem de ser repostado, porque, efetivamente, se aconteceu o que aconteceu, é porque houve uma deficiência qualquer que agora tem de ser repostada. -----

Numa das coisas que o Sr. José Paulo disse já se sente à vontade para discordar, ou seja, este ano foi dos que teve maior pluviosidade desde há décadas, e não houve cheia. -----

Tem muita simpatia pelo munícipe, ouve-o com muita atenção, porque está na zona, vive lá há muitos anos, conhece o comportamento do rio, e naturalmente que também se devem ter em linha de conta essas experiências pessoais, e tem-nas, mas também tem a dizer que se não fossem os trabalhos que já se fizeram, com a largura do rio, pois na zona que já foi intervencionada o perfil quase que passou para o dobro, não teria havido possibilidade de encaixe de caudal, e com a pluviosidade que houve de certeza absoluta tinha havido inundação. -----

Depois, não foi só isso, foi a limpeza dos arcos da ponte ferroviária, e uma série de intervenções que foram feitas, que conduziu já, não estando a obra concluída, a que houvesse um encaixe de toda aquela água e da sua velocidade, e que não houvesse inundações. -----

Como o munícipe sabe, noutros tempos, com uma pluviosidade muito menor, havia inundações com frequência, e aquilo que se está a fazer, bem como o trabalho que se está a desenvolver, é para que as pessoas que sistematicamente são prejudicadas por estas situações de inundações, nunca mais o venham a ser. -----

É evidente que não pode dizer que um dia não aconteça uma situação excecional



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 149

Reunião de 2013/06/05

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

em termos de pluviosidade, em que o rio, apesar da intervenção que se está a fazer, não tenha capacidade de absorção de todo aquele caudal, mas é verdade que o trabalho que foi feito já permitiu evitar inundações, que noutro tempo tinham acontecido de certeza. -----

Quanto às pedras lá ficarem a travar o normal curso do rio, não lhe parece que assim seja. Respeita a opinião, mas não lhe parece. -----

Só entende as palavras da munícipe em termos de alertas e de uma crítica construtiva, porque se não fosse assim, também não haveria grande interesse, sendo que quando as críticas são construtivas só se tem é que pensar nelas, refletir, e verificar da sua validade ou não. -----

As obras vão recomeçar, há uma fase ainda, como foi já referido nesta reunião de câmara, em que ainda não se tomou a posse administrativa dos terrenos, mas está para breve, o pontão vai começar brevemente, sendo que um dos flagelos que também acontecia nas inundações era a acumulação de detritos no pilar da ponte hoje existente, que dá acesso à central termoelétrica. -----

Assim sendo, tanto no trabalho que foi feito no rio Crós-Cós, em Alverca do Ribatejo, como no que se está a fazer no rio Grande da Pipa, de certeza absoluta que os inconvenientes que se tinham no passado vão deixar de se ter. -----

Depois, há de haver um ou outro pormenor, que certamente terá de ser corrigido, já se tendo verificado que no Vítor Matos há situações que não estavam previstas, um aterro de detritos de anos e anos, cuja solução encontrada, de requalificação da margem, vai ter que se encontrar numa outra, provavelmente com estacaria de madeira. -----

O Engº José Fernandes, depois, se assim o entender, poderá explicar um pouco melhor. -----

Em conclusão, o que pode dizer é que se está a trabalhar para que não haja os inconvenientes do passado, e todos os alertas que o munícipe queira fazer chegar irão ser tomados em boa conta. -----

-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

ATRAVESSAMENTO PERTO DE ROTUNDAS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

Interveio o munícipe, Sr. António Viegas Silva, dando as boas vindas aos presentes para esta reunião de câmara na freguesia da Castanheira do Ribatejo.-----

Aquilo que o traz à reunião é que existem na Castanheira duas rotundas, uma a sul, e outra a norte, juntamente ao lugar das Quintas, e nestas rotundas há pessoas que necessitam de fazer o atravessamento da estrada nacional, estando atualmente a atravessar sem nenhuma passadeira, o que é um perigo. -----

Desta forma, uma vez que julgava não ser possível fazer passadeiras perto das rotundas, por causa do inconveniente do trânsito, mas verifica que na rotunda feita de acesso ao hospital de Vila Franca de Xira, neste momento, foram feitas passagens de peões, pergunta se junto às rotundas da Castanheira é possível também fazer passagens de peões, para facilitar o atravessamento das pessoas.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que o Sr. Presidente da assembleia de freguesia, António Viegas, colocou uma questão, e responde que não é impeditivo haver passadeiras nas rotundas, desde que estejam nos 5 metros para além da rotunda, os passeios rebaixados, bem como todas as condições de sinalização horizontal e vertical, e podem-se fazer, aliás, como se fez na situação do hospital. -----

No hospital estão lá 4 ou 5 passadeiras que cumprem todas essas regras das distâncias, que devem ter, em termos normativos, pelo que não há nenhum inconveniente, têm é que estar a uma distância tal que permita que quem circula veja as pessoas, e possa parar em tempo oportuno, para não haver nenhum problema. -----

O que pode dizer é que se vai informar a Estradas de Portugal, que é quem tem jurisdição sobre a zona, no sentido de recomendar a necessidade urgente da colocação das passadeiras. -----



Quanto ao inconveniente de haver lá passadeiras, não há nenhuns, desde que se cumpram as regras.-----

Relativamente ao facto de ser estrada nacional, a estrada do hospital também é nacional, e neste momento têm que se encontrar, apesar de ser uma estrada nacional, as soluções que não ponham em perigo as pessoas. Assim sendo, faz-se



Deliberação nº

Tem que se encontrar uma coerência de procedimento, e é o que pode dizer.-----

1. Assunto: VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA 3A - MALVA ROSA - VERDELHA (EX-MAGUE) – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 280/13, de 31/05, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto de vistoria, com proposta de receção provisória parcial das obras de urbanização da área 3A, do loteamento da Malva Rosa, sito na Verdelha (ex-Mague), na freguesia de Alverca do Ribatejo, cujo promotor é a Obriverca – Construções e Projectos, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 280/13, de 31/05, do DGUPRU/DF, auto de vistoria para verificação das condições para receção provisória parcial, plantas de localização, das áreas a vistoriar e rececionar parcialmente, e provisória parcial, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Intervio a Srª Presidente, perguntando o sentido de voto deste ponto.-----  
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU votam a favor. -----  
Intervio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo abstêm-se. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----


1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR MALVA ROSA – VERDELHA (EX- MAGUE) – ALVERCA DO RIBATEJO - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 4/03, DE 17/07-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 54/13, de 31/05, do DGUPRU/DGU, para aprovação, após o período de discussão pública, da alteração ao loteamento denominado por Malva Rosa, na Verdelha (ex-Mague), na freguesia de Alverca do Ribatejo, titulado pelo alvará de loteamento nº 4/03, de 17/07, solicitada pela Obriverca – Construções e Projectos, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 54/13, de 31/05, do DGUPRU/DGU, relatório da consulta pública, planta de localização e planta síntese do loteamento, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio a Srª Presidente, referindo que se vai retirar este ponto.-----  
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a Srª Presidente decidiu, e bem, retirar, porque é um processo que requiere uma análise mais fina.-----  
-----
7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----




1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR QUINTA DA SETA - A-DOS-BISPOS - VILA FRANCA DE XIRA - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 15/00, DE 28/12  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 55/13, de 31/05, do DGUPRU/DGU, para aprovação, após o período de discussão pública, da alteração ao loteamento denominado por Quinta da Seta, em A-dos-Bispos, freguesia de Vila Franca de Xira, titulado pelo alvará de loteamento nº 15/00 de 28/02, solicitada por Terraços da Encosta, Empreendimentos Imobiliários, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 55/13, de 31/05, do DGUPRU/DGU, planta síntese e planta de alterações, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 15 da ordem do dia. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: OBRAS DE URBANIZAÇÃO INACABADAS - RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA SETA - A-DOS-BISPOS - VILA FRANCA DE XIRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 63/13, de 30/05, do DGUPRU/DQU, para aprovação da receção provisória das obras de urbanização do loteamento da Quinta da Seta, em A-dos-Bispos, na freguesia de Vila Franca de Xira, cujo promotor é Terraços da Encosta - Empreendimentos Imobiliários, Lda, bem como da redução da garantia bancária nº D000006273, de 2000/12/14, do BNC – Banco Nacional de Crédito (atual Banco Popular), em 600 000,00€, mantendo-se a mesma com o valor de 150 000,00€, até à receção definitiva das obras de urbanização.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 63/13, de 30/05, do DGUPRU/DQU, auto de receção provisória e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, reportando-se a este ponto em conjunto com o ponto 14 da ordem do dia. -----  
Quanto ao ponto em concreto, pelas imagens que são presentes, parece aos membros da CDU faltar tudo aquilo que é a sinalização horizontal na estrada. Não veem marcações no meio da via, nem contínuas, nem tracejadas, não veem passadeiras, e também lhes parece haver falta de passeios numa das imagens. Num dos troços parece que apenas há lancis aplicados, mas do auto de receção provisória não consta nenhuma anomalia, e pode ser verdade, já que estas faltas podem não fazer parte do projeto. Se não fizerem parte do projeto, não há

anomalias. -----

Não lhes tinha sido dada a documentação do ponto 14, e por isso tinha a informação de que não poderiam discutir os pontos, já que ponto 15 estava pendente da aprovação do ponto 14. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que os serviços têm que se cingir aos projetos que são aprovados, e mesmo assim houve muita coisa que ali foi feita que não estava no projeto, nomeadamente espaços para a recolha dos resíduos sólidos urbanos, sendo que com aquela inclinação de vias muitas das vezes os contentores mudavam de sítio com frequência, e houve mais outras melhorias que foram feitas. As questões de passadeiras e de sinalização horizontal não estavam previstas no projeto, o que não quer dizer que um dia mais tarde, se se vier a verificar a necessidade das mesmas, não se venham a colocar. -----

Pode-se exigir tudo, mas o promotor pode é dizer que não estava previsto no projeto, e só com a boa vontade do mesmo é que as coisas avançarão, de qualquer modo, foram feitos muito trabalhos que não estavam previstos: passeios que não existiam, e a consolidação de taludes, que vão agora ficar seguros com o crescimento das espécies que foram plantadas. -----

Sobretudo hoje, e não sabe se o Sr. Vereador terá lá ido no tempo em que estava numa situação muito má. Vai-se lá e, de facto, verifica-se que foi feito um trabalho que reputa de bastante bom, sendo que não vai falar agora da conceção da urbanização, mas naquilo que efetivamente foi aprovado, naquilo que eram as deficiências e ausência de conclusão de infraestruturas, que hoje já estão concluídas. -----

Quanto aos emails que recebe, alguns eram muito pouco simpáticos, com razão, e agora começa a receber emails mais simpáticos, o que quer dizer que de facto as coisas melhoraram consideravelmente, e a única coisa que pode dizer também, em relação a outras urbanizações, é que paulatinamente vão-se estando a fechar processos, sendo este mais um, como o Casal dos Baixinhos, que já veio a reunião de câmara, um processo também complicado, e outras urbanizações que se têm em carteira para resolver. -----

Esta resolução, só no limite, como já referiu várias vezes, é que tem de ser assumida pela câmara municipal, sendo evidente que há urbanizações, algumas



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 157

Reunião de 2013/06/05

Procº 8/00 LOTEPDM

Deliberação nº \_\_\_\_\_

com mais de 20 anos, e de certeza absoluta até pelos projetos que existiam na altura, em que se falava genericamente de zonas verdes, e não se dizia mais coisa nenhuma, em que provavelmente a câmara municipal vai ter de assumir esse trabalho. -----

Nestas urbanizações, em que ainda se conseguem “pressionar”, no bom sentido, os promotores, para fazerem aquilo que têm de fazer, como foi este caso, há um trabalho que reputa de bem-sucedido, porque as coisas estavam muito más. Hoje pode até convidar o Sr. Vice-Presidente a lá ir, vão lá os dois, para dar uma volta à urbanização, reconhecendo o próprio que o trabalho que agora foi feito é um bom trabalho. -----

Desta forma, na sua opinião estão criadas as condições para a câmara municipal rececionar aquela urbanização e começar a tomar conta dela, não só das questões da varrição, como doutros aspetos, zonas verdes e outros. Considera que o trabalho feito é um bom trabalho, sendo que o Sr. Vereador recolocou, na anterior reunião, outra questão, a dos estacionamento, que estão de acordo com aquilo que são as exigências. No entanto, tendo em vista a orografia do terreno, ainda se vão procurar encontrar soluções numa outra bolsa. -----

Contudo, são situações que se têm de ver posteriormente. -----

Interveio a Srª Presidente, passando à votação dos pontos. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU votam a favor nos dois pontos. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo se abstêm nos dois pontos. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Deliberação nº **672**